

ANA CRISTINA DE LIMA MOREIRA (Org.)



DISCUTINDO E REESCREVENDO A GEOGRAFIA AFRO-BRASILEIRA

relatos de alunos do curso de Geografia

UNEAL/Campus III



GPRES
Grupo de Pesquisa em Religiosidade Popular, Sociedade e Cultura



DISCUTINDO E REESCREVENDO A
GEOGRAFIA AFRO-BRASILEIRA
relatos de alunos do Curso de
Geografia - UNEAL/Campus III

DIREÇÃO EDITORIAL: Maria Camila da Conceição
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira
CORREÇÕES ORTOGRÁFICAS: Gisely Martins da Silva
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2019 Editora Olyver
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05
Antares, Maceió - AL, 57048-230
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S117p

MOREIRA, Ana Cristina de Lima

Discutindo e reescrevendo a geografia afro-brasileira: relatos de alunos do Curso de Geografia - UNEAL/Campus III. [recurso digital] / Ana Cristina de Lima Moreira (Org.) – Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

ISBN: 978-65-81450-59-5

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. Identidade. 2. Afro-brasileiro. 3. Remanescentes. 4. Cultura.
5. Inclusão Social. I. Título.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

ANA CRISTINA DE LIMA MOREIRA
– ORGANIZADORA –

DISCUTINDO E REESCREVENDO A
GEOGRAFIA AFRO-BRASILEIRA
relatos de alunos do Curso de
Geografia - UNEAL/Campus III

Maceió-AL | 
2021

DIREÇÃO EDITORIAL

Maria Camila da Conceição COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Brasil)

Prof. Dr. Constantino José Bezerra de Melo

Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE-PE (Brasil)

Prof. Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a. Me. Francisca Maria Neta

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Betijane Soares de Barros

Instituto Multidisciplinar de Maceió – IMAS (Brasil)
Absoulute Chistymas University – ACU (Estados Unidos)

Prof^a Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Ferreira

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Laís da Costa Agra

Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ (Brasil)

Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Nara Salles

Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

Prof^a Dr^a. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira

Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar

Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

Profª Drª. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

Profª Me. Deisiane da Silva Bezerra

Universidade Federal Rural de Pernambuco | UFRPE (Brasil)

Profª Drª. Iraci Nobre da Silva

Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Me. Francisco Airton Bastos Silva Filho

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

ICS - Instituto de Ciências Sociais da UFAL

Prof. Dr. Augusto César Acioly Paz Silva

Universidade Federal de Pernambuco | UFPE (Brasil)

Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde | AESA-CESA (Brasil)

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva

Universidade do Estado da Bahia | UNEB (Brasil)

Universidade Federal de São Carlos | UFSCar (Brasil)

Prof. Dr. Hélder Manuel Guerra Henriques

Professor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do
Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal)

Profª Drª. Maria Aparecida Santos e Campos

Doutorado em Actividad física y salud. Universidade de Jaen, UJAEN,
(Espanha)

Prof. Dr. Diosnel Centurion, Ph.D

Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción | Asunción (Paraguay)

Profª Drª. Marta Isabel Canese de Estigarribia

Universidad Nacional de Asunción, Escuela de Ciencias Sociales y
Políticas | Asunción (Paraguay)

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Gisely Martins da Silva..... 10

APRESENTAÇÃO

Ana Cristina de Lima Moreira..... 13

O NEGRO FRENTE À CULTURA DA ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL: AS VERTENTES DA INFORMAÇÃO E O IMPACTO GERADO

Rafaela Silva de Siqueira..... 21

A EXCLUSÃO SOCIAL DO NEGRO NO ESPAÇO URBANO

Bruna Leite da Silva..... 28

O NEGRO NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Maria Franciele da Silva Cabral..... 32

URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS QUILOMBOLAS - COMUNIDADE REMANESCENTE PAU D'ARCO- ARAPIRACA

Janaína Silva Rodrigues..... 40

A IMPORTANCIA DO NEGRO NA FORMAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

João Gabriel da Conceição..... 43

O NEGRO E O FUTEBOL

Jorge Lucas Soares Alves..... 46

A PRESENÇA DO NEGRO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO	
Rafaela Izidio da Silva Carvalho.....	49
A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO DECOLONIAL E SUA INFLUÊNCIA NA PRÁTICA DOCENTE	
Renata Tenório Cavalcante da Silva.....	57
O NEGRO APÓS A ABOLIÇÃO: UMA RELAÇÃO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE	
Zélia Pereira de Oliveira.....	67
A TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL	
Antonio Carlos Alves dos Santos.....	71
A EXCLUSÃO RELIGIOSA DO NEGRO	
Carollayne Lopes do Nascimento.....	73
MULHER NEGRA NAS MÍDIAS SOCIAIS: IDENTIDADE E RESISTÊNCIA	
Ana Beatriz Pereira de Oliveira.....	77
A OBJETIFICAÇÃO DA MULHER PRETA NO BRASIL	
Daniela Alice Teixeira de Araújo.....	85
APRENDENDO COM A CAPOEIRA	
Beatriz Albuquerque de Oliveira.....	88
A CONTRIBUIÇÃO DO NEGRO NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	
Adre de Lima Santos.....	97

**O NEGRO E A ECONOMIA
BRASILEIRA**

Ricardo Ferreira da Silva..... **102**

**A POPULAÇÃO NEGRA ENCONTROU
NA RESISTÊNCIA POR MEIO DA
EDUCAÇÃO A SUA OPORTUNIDADE
DE ASCENSÃO E LUTA CONTRA O
RACISMO**

Jeiciane Maria Santana da Silva..... **107**

**CANDOMBLÉ: ENTRE A LIBERDADE
E O PRECONCEITO**

Vanessa Catarina Alves de Lima..... **111**

PREFÁCIO

Ao fazermos parte de grupos de revisões textuais e de apresentações de seminários e minicursos, na caminhada acadêmica, percebemos que diversos estudos em torno dos gêneros acadêmicos destacam alguns desafios, os quais graduandos iniciantes enfrentam em relação à escrita científica. Isso porque “escrever é uma atividade que requer habilidade, uma atividade inventada, aprendida, histórica, sociocultural - não é instintiva, nem programada diretamente nos genes ou hormônios liberados por estímulos” (BAZERMAN, 2015, p. 11)¹. Face a essa questão, é pertinente destacar que o processo de apropriação e apreensão dos mistérios da escrita acadêmica é um desafio para todos, principalmente para estudantes novatos, nos diversos cursos de graduação.

Uma das maiores exigências no meio universitário é, segundo Motta-Roth e Hendges (2010)², a produção de gêneros acadêmicos para serem publicados. Isso sinaliza outro grande interesse dos estudiosos dos gêneros acadêmicos que é “desvendar a superfície linguística comum aos principais gêneros acadêmicos, uma vez que é nessa instância de ensino que o participante responde às demandas comumente experimentadas na academia” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2017, p. 186)³.

Sob essa ótica, cabe destacar que, no ambiente universitário, os membros experientes estão, a todo tempo, sendo exigidos para produção acadêmica e, por sua vez, exigem do graduando, o qual vai se deparando com alguns desafios a partir

¹ BAZERMAN, C. *Retórica da ação letrada*. São Paulo: Parábola, 2015.

² MOTTA-ROTH, D.; HANDGES, G. R. H. (2010). *Produção Textual na universidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

³ OLIVEIRA, H. A. G.; ARAÚJO, D. L. Escrita na graduação em letras: desafios e representações. *Raído*, Dourados, MS, v. 12, n. 27, jan./jun. 2017.

de tais exigências. Aliada a esse pensamento, Silva (2020, p. 46)⁴ ressalta que “trazer os estudantes para esses novos domínios implica criar ações comunicativas inteligíveis de forma a ajustar o familiar ao não-familiar, explorar os modelos, torná-los adaptáveis ao uso úteis e significativos”. Vale salientar que a produção deste livro é reflexo da possibilidade a qual destacou Silva (2020).

Alusivo a essa questão, é mister salientar a importância do educar pela pesquisa, que “tem como condição essencial primeira que o profissional da educação seja pesquisador, ou seja, maneje a pesquisa como princípio científico e educativo e a tenha como atitude cotidiana” (DEMO, 2000, p. 2)⁵. Acredito que, a partir desse comprometimento com a pesquisa, o membro experiente, a exemplo da professora Ana Cristina Moreira, poderá auxiliar o membro iniciante nas práticas discursivas dos letramentos acadêmicos. Embora, eu concorde com Silva (2020, p. 26)⁶ que “escrever cientificamente é tarefa complexa até mesmo para membros experientes e já estabelecidos em comunidades científicas”.

Nessa linha de pensamento, é pertinente sublinhar que escrever é um ato que requer atenção e perseverança. Isso pode nos causar alguns desconfortos, bem como nos proporcionar grandes realizações. No tocante ao ato de escrever, Charles Bazerman (2015, p. 184)⁷ afirma que “esse trabalho exige um compromisso que impõe uma obrigação e se torna uma

⁴ SILVA, I. N. Análise sociorretórica de introduções de artigos científicos no quadro dos letramentos acadêmicos de graduandos pibidianos em três áreas disciplinares. Tese de doutorado em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco. PPG em Ciências da Linguagem, Recife, 2020.

⁵ DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2000.

⁶ Idem ⁴.

⁷ BAZERMAN, C. *Retórica da ação letrada*. São Paulo: Parábola, 2015.

declaração do que valemos para os outros. [...] A escrita define uma relação com os outros, representada no texto ou a quem o texto é dirigido”.

Posto isso, é oportuno destacar que trabalhos como este, fruto de um precioso incentivo da professora Ana Cristina e fruto da coragem dos graduandos autores dos capítulos que compõem este livro, pode servir como resposta ao questionamento: graduandos têm competências para escrever academicamente? Diante disso, é digno registrar que não podemos deixar que a institucionalização da escrita nos impeça de acreditar na capacidade da produção científica do graduando.

Saber que este livro foi escrito por membros iniciantes na escrita acadêmica nos leva a acreditar que os membros experientes são os verdadeiros formadores de novos escritores. É perceptível nesta obra, em cada relato apresentado, que ao fazê-lo, a escrita parece ser um fim em si mesma, o membro iniciante na escrita acadêmica quer dizer tudo o que tem a dizer sobre o assunto e quer dizê-lo para sempre. (BAZERMAN, 2015)

Feita essa apreciação, frente ao desafio da escrita, a qual nos exige coragem e vontade de avançar, e diante de um cenário de perseguição à ciência, eu vos convido a tirar as sandálias e pisar neste território sagrado, onde foram lançadas sementes do fazer científico: a escrita de futuros grandes pesquisadores!

Gisely Martins da Silva⁸

⁸ Doutoranda em Ciências da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Linguagem – PPGCL da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Mestre pelo mesmo programa. Bolsista CAPES/PROSUC.

APRESENTAÇÃO

Nossa Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, ainda é muito jovem! Mas isso não a impede que enfrente os desafios da modernidade, visto que sempre proporciona aos (as) seus (suas) alunos (as) e a sociedade debates pertinentes às questões que envolvem às lutas sociais. Dentre elas, pode ser destacada a luta pela conquista ao DIREITO HUMANO, que é estabelecido e garantido pela Carta Magna, ou seja, a Constituição de 1988. Assim sendo, o objetivo desse livro não é apresentar grandes artigos, nem buscar muitas referências mesmo sendo trabalhadas em sala de aula e sim, relatos dos alunos que cursaram a disciplina obrigatória Sociedade Afro-brasileira, que foi ministrada por mim, na modalidade virtual nos períodos 2020.1 e 2021.1 (Classroom Google Meet).

Durante as aulas foram discutidos diversos temas tendo o aporte teórico Freyre (2015), Holanda (2010), Mattos (2015), Munanga (1996), Valente (1996), Anjos (2000), bem como artigos e dentre outros alicerçados sob à luz da Lei 11.645/2008 que determina que seja oferecida a obrigatoriedade da Disciplina Estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

Diante do exposto o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas /UNEAL, essa que tem como objetivo maior a formação de professores, apresenta a Disciplina Geografia Afro-brasileira, como obrigatória, cuja carga horária é de 60 horas. Tomando por base a ementa da disciplina em pauta

se objetivou trabalhar vários temas que estão relacionados às questões da referida sociedade em território brasileiro e que ainda são pouco explorados ou ignorados nas escolas.

Tivemos a pretensão de lançar o desafio dos alunos escreverem um livro cujo título é: **DISCUTINDO E REESCREVENDO A GEOGRAFIA AFRO-BRASILEIRA: relatos de alunos do Curso de Geografia - UNEAL/Campus III** abordando temas diversos sobre as questões citadas com o propósito de que leitores de modo geral e especificamente professores de Educação Básica tenham acesso a essa proposta de conteúdos diversificados que possam serem utilizados como parâmetros para possíveis abordagens e discussões durante o ano letivo e/ou em projetos desenvolvidos nas escolas.

Nesse contexto é salutar destacar que a nossa preocupação foi em virtude de que, durante as aulas, fizemos a memória dos temas que geralmente são trabalhados em Feiras de Cultura, Feira de Ciências, Momento Afro-brasileiro, Amostras Culturais dentre outros que geralmente acontecem nos meses de maio ou novembro quando são especificamente destinados às questões afro-brasileiras. Contudo, apesar do esforço dos professores em colocar a Lei em prática fica a desejar no quesito conteúdo, pois, geralmente os temas trabalhados são os do Brasil Colônia, Memórias, danças e a culinária.

É preocupante, visto que o dia do negro não é apenas 13 de maio e 20 de novembro, bem como é imprescindível que ele seja retirado dos navios tumbeiros, tenha suas correntes quebradas, seja retirado dos canaviais, das fazendas e sejam discutidos temas pertinentes à realidade e

a necessidade. Dessa forma há possibilidade para que trajetória do negro seja ressignificada. É claro que não é nosso intuito querer apagar a memória, e sim dar visibilidade às lutas, aos movimentos sociais, as vitórias conquistadas e que precisam ser intensificadas.

O livro é composto de dezenove relatos sobre a sociedade afro-brasileira escritos por alunos que participaram da disciplina citada que serão destacados a seguir.

1 - A CONTRIBUIÇÃO DO NEGRO NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL escrito por Adre de Lima Santos apresenta a contribuição do negro na formação econômica do Brasil, fazendo uma abordagem da importância do trabalho do afro-brasileiro no contexto, bem como enfatiza a necessidade da reescrita acerca das contribuições dos descendentes africanos e não apresentá-los apenas como negros ex-escravos.

2 - MULHER NEGRA NAS MÍDIAS SOCIAIS: IDENTIDADE E RESISTÊNCIA de Ana Beatriz Pereira de Oliveira apresenta uma linguagem clara e objetiva para expressar uma questão atual peculiar aos tempos da tecnologia sendo utilizada como uma ferramenta de enfrentamento das mulheres negras. É observado que só nesse século a mulher negra conquistou com mais frequência seu direito em propagandas de grandes empresas de acessórios, cosméticos dentre outros deixando de lado o olhar pejorativo por ser negra ou como mero símbolo sexual.

3 - A TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL escrito por Antonio Carlos Alves dos Santos, traz em seu bojo o que poderia ser o obvio. No entanto, o desafio foi escrever o diferente, apresentando a trajetória do negro no Brasil, além da escravidão, ou seja, do negro que sempre lutou e continua tentando se reinventar nos espaços públicos e privados.

4 - APRENDENDO COM A CAPOEIRA de Beatriz Albuquerque de Oliveira apresenta a capoeira como uma dança, esporte, arte marcial apontando seus significados e sua importância a partir dos participantes, sendo ela uma das protagonistas. A arte da capoeira que por muito tempo, principalmente, no Brasil Colônia, foi proibida pelos senhores de engenho e demais autoridades e, ao longo dos anos tenta conquistar seu espaço nos locais públicos, privados e nas escolas.

5 - A EXCLUSÃO SOCIAL DO NEGRO NO ESPAÇO URBANO de Bruna Leite da Silva, apresenta através de uma das categorias da Geografia (espaço) visto que, desde o Brasil Colônia sua identidade estava no espaço agrário. No entanto, o processo de urbanização os deixou em situação caótica, pois desde o pós abolição, muitos deixaram de trabalhar nas fazendas e conseqüente por falta de opção foram tentar viver nos espaços urbanos. Contudo, foram abandonados e excluídos sofrendo com esse problema até os dias atuais.

6 - A EXCLUSÃO RELIGIOSA DO NEGRO escrito por Carollayne Lopes do Nascimento que retrata de forma clara a exclusão dos negros e de pessoas adeptas ao credo

de matriz africana ainda presente nos dias atuais principalmente nas escolas. Esse fato pode ser constatado pelo baixo índice ou inexistência de dados acerca dessa questão na base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mesmo neste século há muitas pessoas que têm vergonha ou medo de declarar o seu credo devido a intolerância.

7 - A OBJETIFICAÇÃO DA MULHER PRETA NO BRASIL escrito por Daniela Alice Teixeira de Araújo mostra a situação da mulher negra que desde a escravidão aos dias atuais tem sido discriminada e até abusada sexualmente. Diante de todas as exclusões sofridas ao longo dos anos o relato tenta desconstruir a figura da mulher preta apresentada de forma pejorativa nas mídias e na sociedade.

8 - URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS QUILOMBOLAS-COMUNIDADE REMANESCENTE do PAU D'ARCO-ARAPIRACA escrito por Janaína Silva Rodrigues que apresenta a situação da sua comunidade que está passando momentos difíceis em virtude do processo de urbanização. No Brasil, há vários grupos remanescentes que também passaram ou estão passando por essa situação que traz várias consequências para essas comunidades que tiveram seus direitos adquiridos, ou seja, reconhecidos como quilombolas no final do século passado ou neste século.

9 - A POPULAÇÃO NEGRA ENCONTROU NA RESISTÊNCIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO A SUA OPORTUNIDADE DE ASCENSÃO E LUTA CONTRA O RACISMO por Jeiciane Maria Santana da Silva, discute

a importância do processo educacional e a Escola como imprescindíveis no combate ao racismo que ainda está presente nos dias atuais causando situações delicadas.

10 - A IMPORTÂNCIA DO NEGRO NA FORMAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA escrito por João Gabriel da Conceição enfatiza a presença do negro em vários aspectos no processo de formação da sociedade brasileira com o propósito de valorizar os relevantes trabalhos realizados em prol da nossa economia, bem como o legado cultural.

11 - O NEGRO E O FUTEBOL por Jorge Lucas Soares Alves apresenta uma temática atual, que tem a cara do Brasil e mostra como se deu a participação do negro no futebol, visto que era um esporte para a elite, sendo pois, aceito no referido esporte pela habilidade e competência do negro, como também uma necessidade da classe dominante.

12 - O NEGRO NO AMBIENTE EDUCACIONAL escrito por Maria Franciele da Silva Cabral discute as dificuldades que o negro enfrentou para frequentar a escola, fato que contribuiu para os altos índices de analfabetismo e repetência durante anos.

14 - A PRESENÇA DO NEGRO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO de Rafaela Izidio da Silva Carvalho faz breves abordagens acerca do negro no cenário político e contexto educacional brasileiro através da Lei 11.645/2008, abordando a falta da presença negra nesses espaços e a importância da prática da Lei.

15 - O NEGRO FRENTE A CULTURA DA ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL: as vertentes da informação e o impacto gerado escrito por Rafaela Silva de Siqueira aborda o processo de exclusão social presente na sociedade brasileira atrelado aos estereótipos que contribuem para inúmeros preconceitos sofridos e que ainda sofrem na sociedade.

16 - A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO DECOLONIAL E SUA INFLUÊNCIA NA PRÁTICA DOCENTE escrito por Renata Tenório Cavalcante da Silva traz a temática em pauta e faz uma crítica ao pensamento colonial, bem como alerta a necessidade do pensamento de colonial, enfatizando que estamos vivendo o século XXI.

17 - O NEGRO E A ECONOMIA BRASILEIRA de Ricardo Ferreira da Silva tem o objetivo de apresentar a diversidade de atividades desempenhadas pelos negros e a importância de todas elas para o processo econômico brasileiro, desmitificando a ideia de que o negro contribuiu apenas na cana de açúcar e na mineração sem enfatizar as demais atividades.

18 - CANDOMBLÉ: ENTRE A LIBERDADE E O PRECONCEITO escrito por Vanessa Catarina Alves de Lima traz uma discussão acerca do preconceito ainda presente em nossa sociedade para os adeptos do Candomblé, ou melhor, de religião de matriz Africana, tendo embasamento a partir de uma entrevista realizada durante as aulas com um membro do Candomblé.

19 - O NEGRO APÓS A ABOLIÇÃO: Uma Relação Entre o Passado e o Presente por Zélia Pereira de Oliveira que discute que a Abolição é sem dúvida considerada um grande feito. Contudo, a alforria não deu ao negro a liberdade de fato e sim uma liberdade burocrática. Diante do exposto, mesmo alforriados tiveram que travar outra grande luta pelos direitos como cidadãos brasileiros.

Esperamos que esse trabalho sirva de norte para professores e para os demais leitores como uma alerta para que tenham outros olhares para com o negro. Contudo, possam perceber a importância da sociedade afro-brasileira na formação social, econômica, histórica e cultural do Brasil que carece de reconhecimento e respeito, não apenas de uma breve homenagem no dia 13 de MAIO ou 20 de NOVENBRO que às vezes acentuam os estereótipos, intensificam as ideias racistas e pouco contribuem para um novo olhar que realmente valorize o negro.

Prof.^a Dra. Ana Cristina de Lima Moreira
Universidade Estadual de Alagoas -UNEAL
Campus III- Palmeira dos Índios

O NEGRO FRENTE À CULTURA DA ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL: AS VERTENTES DA INFORMAÇÃO E O IMPACTO GERADO

Rafaela Silva de Siqueira⁹

Considerações iniciais

O presente texto traz relatos contextualizados, tendo como temática explorada o racismo estrutural e a exclusão social como consequência dos estereótipos disseminados nas sociedades, principalmente na sociedade brasileira, visivelmente destacados no cotidiano. O objetivo deste trabalho é possibilitar mecanismos para que professores da educação básica possam ampliar seus fundamentos e visibilidade da questão afro no Brasil e que cada vez mais o aluno possa ganhar vez e voz na sala de aula para debater seu cotidiano, sempre tendo noção do passado e de boa parte de direitos conquistados.

Para formular as constatações deste texto, foram utilizadas leituras de artigos e sites que abordaram questões do tema considerado; obras de Milton Santos que desde o primeiro semestre da graduação vêm despertando curiosidade; além das discussões em sala de aula *online* que foram essenciais para a escolha e interpretação da temática.

⁹ Graduanda do curso de licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

E-mail: rafaelasiqueira@alunos.uneal.edu.br

O Negro Frente à Cultura da Estigmatização Social

Antecedendo ao estudo propulsor deste trabalho – o racismo – e sobre a exclusão social que atinge o negro, e no quanto isso está ligado a costumes do meio, faz-se necessário expor concepções primordiais a fim de melhor identificar o alvo da presente exposição. Compete aqui destacar, portanto, os conceitos de racismo e racismo estrutural, ainda que de maneira sucinta, tendo em vista a abrangência e complexidade do tema.

Anteriormente à exposição das noções de racismo e racismo estrutural, cabe salientar que, como muito destacado nas aulas, a sociedade afro-brasileira tem vivido sob um grande roteiro histórico de entraves e conquistas, ressignificados e preconceitos desde as ações influentes do Brasil Colônia, no período de escravização dos negros trazidos do continente africano. Essa imagem de objetificação do negro, arrisco afirmar, tem perdurado e, conseqüentemente, contribui para a concentração das práticas racistas. Essa concentração de práticas, no entanto, se refere a uma parcela populacional que tende a desenvolver opiniões e ideias voltadas ao negro, formulando um preconceito e sendo “projetada” uma noção de senso comum a partir das contribuições e vivências no meio social (como na escola, igreja e na própria família, com histórias contadas pelos avós, por exemplo), não esquecendo de apelos midiáticos, o que leva a causar conseqüências positivas ou negativas a depender das implicações.

Dito isso, o que é então o racismo? Para começar, é indubitável afirmar que o conceito de racismo não traz consigo um significado homogêneo, circunscrito por sua própria definição. A palavra racismo designa duas intenções importantes. De um lado, mostra-se um comportamento, por parte do acusador, na maioria das vezes, de ódio e desprezo a respeito de pessoas com características físicas diferente do “padrão euro americano”; do outro lado, trata-se de uma ideologia, mais especificamente sobre as pesquisas, e o termo “racista” não poderia estar diretamente relacionado a esses pesquisadores/teóricos.

Ainda falando sobre o racismo, faz-se necessário citar três tipos mais frequentes: o racismo individual, racismo institucional e racismo estrutural. Neste último, temos o enfoque principal desta análise, pois é a partir deste tipo de racismo que se tem enfrentado uma exclusão social chamada hierarquia de raças.

Mas o que é o racismo estrutural? O que esse tipo de racismo tem a ver com a exclusão social? O racismo é estrutural pelo fato de estruturar todas as instituições, e essa perspectiva se estende baseada nos mais de três séculos de escravidão vividos no Brasil. Como citado anteriormente, a resistência dos negros, frente ao interesse econômico, deixou marcas profundas de desigualdade em todas as estruturas de poder, pois além da não reparação ou outra ação que minimizasse as ações das “autoridades dominantes”, como acesso à terra, a maioria das pessoas negras, por muito tempo, teve acesso negado dentro das instituições, na política e em todos os espaços de poder.

Dentre vários autores, Santos (2018, p. 49) destaca, em sua obra, uma “classe marginal” em que, na chamada hierarquia de raças, em função do capitalismo e modernização centralizada, os pobres são empurrados para essa realidade, “são aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade”, e os negros, numa visão dualista dos centros econômicos, fazem parte dessa maioria marginalizada. Dessa forma, tomamos como exemplo a pandemia que deixa cada vez mais explícito o racismo estrutural no Brasil, em que, além das pessoas em situação de vulnerabilidade social, a população negra, indígena e a classe trabalhadora estão sendo os mais afetados por essa grande crise sanitária.

Duas vertentes são capazes de exemplificar essas situações. A primeira, tem em vista que hoje muitos negros e indígenas têm acesso a lugares que antes eram espaços exclusivos para a elite. A exemplo disso temos as universidades, as quais, antes das leis de cotas, eram poucos os negros que cursavam cursos de Medicina no Brasil, pois a população negra estava relacionada, em sua maioria, a falta de acesso à escolaridade, à mercê da pobreza e da exclusão social. Dito isso, cabe um destaque aos estereótipos impressos como “todo negro tende a ser pobre e miserável”.

A segunda vertente diz respeito às falas e aos hábitos pejorativos incorporados ao nosso cotidiano, os quais reforçam esse tipo de racismo a partir de certas expressões preconceituosas, mesmo que por desconhecimento de sua origem, como a palavra

“denegrir”, “criado-mudo”, “mulata”, “cor do pecado”, “morena”, entre outros. Essas ações indesejadas também acontece quando fazemos piadas que associam negros e indígenas a situações vergonhosas, degradantes ou criminosas ou quando desconfiamos da índole de alguém por sua cor de pele. Essas atitudes podem ser exemplificadas com a troca de calçada, o esconder pertences quando um negro se aproxima.

Dessa forma, dentro do contexto do tema proposto, – a exclusão social/racial - cada tópico destacado anteriormente, mostra uma organização da sociedade ao reproduzir a “marginalidade/subalternidade” de determinados grupos pela posição social, principalmente pela raça. Isso conduz, conseqüentemente, à exclusão étnica e racialmente, ficando as vítimas à mercê de um passado monstruoso que tem deixado suas raízes para a criação de descendentes da dor.

Nesse sentido, Santos (2000, p. 02) pontua que “ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo”, pois a moral enviesada da sociedade brasileira desvia o enfrentamento do problema negro. O discurso dominante, em sua maioria, desdenha das manifestações de desigualdade como sendo resultado de um complexo de inferioridade sem qualquer justificativa.

Assim, Santos (2000, p. 04) destaca que “se trata, na realidade, de uma forma do apartheid à brasileira, contra a qual é urgente reagir se realmente desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil”, pois mesmo negando a existência da prática racista,

discriminatória e preconceituosa, é visível as disparidades sociais e econômicas sem solução iminente.

Considerações finais

Partindo para um olhar pessoal da questão, esse foi um dos motivos que mais me chamou a atenção para a escolha desta temática, pois nas escolas sempre aprendemos sobre a porcentagem que o negro tem representado na sociedade e o quanto é extremamente negativo seu lugar de destaque. Começamos uma exclusão imperceptível, pois achamos normal a falta de informação sobre etnias diferentes, culturas singulares, a indiferença à historicidade dos negros, resumindo-as a datas comemorativas, às vezes mal explicadas. A partir daí, começamos a banalizar falas, expressões e hábitos racistas que, por falta de conhecimento, levamos para o cotidiano. Cabe a nós mudarmos a realidade sobre esses preconceitos, principalmente com nossos alunos, para que erros sejam revistos e não repercutidos.

Em suma, na necessidade de levantar questões que poderiam ser sempre trabalhadas, tanto no coletivo quanto no individual, deixo claro o estímulo à valorização da consciência negra. A consciência da contribuição do negro para a economia brasileira, a consciência do quanto as lutas por equidade deveriam ser mais bem quistas. Deixo claro, ainda, o estímulo à valorização da consciência de que programas conquistados para a inclusão do negro em uma sociedade hipócrita e privilegiada não sejam suficiente para o comodismo, mas sirvam como finalidade das lutas por direitos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, CONFETAM /CUT. Confederação dos Trabalhadore(as) no Serviço Público Municipal. A exclusão negra e o racismo nosso de cada dia: da violência nas senzalas à miséria nas favelas. **Confetam**, 2011.

Disponível em: < <http://www.confetam.org.br/noticias/a-exclusao-negra-e-o-racismo-nosso-de-cada-dia-da-violencia-nas-senzalas-a-miseria-nas-favelas-7d67/>>.

Acesso em: 19 de dez. de 2020.

DAL POZZO, Clayton Ferreira; FURINI, Luciano Antônio. O conceito de exclusão social e sua discussão. **Geografia em Atos (Online)**, v. 1, n. 10, 2010.

SANTOS, Milton. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. *In*: _____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2018. Cap. 02, p. 49-433.

SANTOS, Milton. Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. **Folha de São Paulo**, 2000. P. 02-04.

SANTOS, Vinícius Luiz Zoanys dos. **O negro, o racismo, a exclusão social e a relação dos estigmas com a seletividade do sistema penal**. Curitiba, 2014. 59 p. Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade Federal do Paraná.

A EXCLUSÃO SOCIAL DO NEGRO NO ESPAÇO URBANO

Bruna Leite da Silva ¹⁰

O presente tema será abordado para dar visibilidade à luta do povo negro trazido para o Brasil na condição de escravo, e ao processo de inclusão na sociedade brasileira. Enfatizaremos também a trajetória desse povo como uma forma de contribuir para despertar nos sujeitos o porquê de, em pleno século XXI, ainda ser frequente posturas e condutas retrógradas impregnadas em uma sociedade miscigenada, que recebeu forte influência do povo africano, despertando no leitor o senso crítico sobre esses retrocessos os quais não foram superados.

Sabemos que o negro no Brasil carrega em sua história processos de lutas, discriminação e exclusão. O período escravista deixou graves consequências como herança para a população negra brasileira, uma vez que, o negro na atualidade precisa lutar para conquistar seu espaço na sociedade e ser inserido na mesma de forma justa e igualitária, sem restrições e sem preconceitos diretos ou velados. Resquícios da exclusão social do negro ainda são notáveis.

Após à abolição, os negros não tiveram nenhum suporte para dar início a nova fase que foram sujeitos,

¹⁰ Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Campus III.
E-mail: bruna.silva2@alunos.uneal.edu.br

tendo de deslocar-se para os morros, acentuando o processo de favelização. Em condições desumanas, tiveram que se adaptar para conseguirem driblar as lacunas excludentes. É fato que, mesmo “livres”, continuaram sendo vistos com olhares discriminatórios e preconceituosos.

Esse processo, seguido de um despreparo ou falta de interesse para dar oportunidades de uma vida digna para os negros, trouxe problemas para essa população que, em meio a pobreza e a miséria, teve a marginalidade como solução para sanar tais carências. De acordo com Fernandes e Nunes (2008)

Os adultos (homens e mulheres), frutos daquele meio desestruturado, eram empurrados para o estilo de vida “não ordeiro”. Roubos, prostituição, vagabundagem acabavam sendo solução imediata dos problemas financeiros que a grande maioria tinha que carregar durante toda a vida. Aqueles que se aventuravam esse caminho eram, geralmente, jovens audaciosos, que conseguiam romper com a ordem social excludente. (p.252)

Podemos entender que foram negados seus direitos enquanto membros da sociedade uma vez que eram excluídos, nem mesmo possuíam direito aos espaços urbanos e eram sujeitados a habitar áreas periféricas. Nessa situação, os negros eram expostos à criminalidade para sobreviver. Dessa forma, a desigualdade social foi acentuada. Enquanto os detentores de capital (antigos senhores de engenho, donos de escravos, a população “branca” etc.) continuavam usufruindo de todos os

benefícios, o negro tentava encontrar uma forma de conseguir sustentar-se financeiramente para suprir suas necessidades.

Diante desse cenário, presenciamos que ser negro e pobre no Brasil é motivo para ser caracterizado como marginal, infrator da lei, sem o direito de circular nos espaços urbanos. Isso se dá por serem os negros considerados e tratados como bandido pela população que reage de forma preconceituosa, assim como as forças do Estado. A polícia, por exemplo, é um dos principais órgãos discriminatórios. São muitos os policiais que encaram o negro como principal alvo de abordagem e desrespeito em lugares públicos. Não consigo dimensionar a dor de não se sentir seguro diante da força do Estado que tem como característica principal assegurar a segurança da população.

Atualmente, mesmo com muitos impasses, conseguimos observar um certo avanço obtido pela população negra, assim como direitos assegurados como cidadão, projetos de leis que visam punir àqueles que faltarem com respeito com os negros por causa da etnia. Outros avanços foram a inserção do negro em cargos renomados, o direito aos espaços urbanos. No entanto, também é visível à exclusão social que, de forma velada, continua sendo exercida, uma vez que, enquanto cidadão negro e pobre, tem os direitos negados.

Mas a população negra precisa lutar diariamente para que todas as propostas de libertação são postas em prática e não fiquem apenas no papel, para os negros desfrutarem dos seus direitos como qualquer outro cidadão. Defendemos que a tonalidade da pele não é suficiente para

descrever a forma como uma pessoa deve ser tratada. Todos merecemos respeito e direitos iguais, independentemente de cor, raça, credo, etnia ou o que quer que seja.

REFERÊNCIA

FERNANDES, Florestan. NUNES, Gilcerlândia Pinheiro de Almeida. “**A integração do negro na sociedade de classes**”. Uma difícil via crucis a caminho da redenção. Natal-RN: Cronos, v. 9, n. 1, p. 252, jan./jun., 2008. Acesso em 19 dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1805_.

O NEGRO NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Maria Franciele da Silva Cabral¹¹

Considerações iniciais

O presente estudo tem por objetivo analisar o negro no campo educacional, relatando as dificuldades de acesso à educação escolar e o contexto histórico percorrido pela população negra durante o período de aprendizagem. No Brasil, é comum verificar que a inserção do negro no ensino educacional é um percurso marcado por desigualdades evidentes até nos dias atuais. No decorrer dos anos, o negro foi excluído e visto como ser inferior para realizar e exercer determinados cargos e atividades na sociedade.

No meio educacional, esse dilema é visível. O negro é excluído de representatividades dentro da área da educação, bem como de ingresso facilitado a esse ambiente. Essa trajetória, em conjunto com os avanços educacionais, relata como a educação é importante ferramenta social, na qual a cor da pele é um agente determinante na perspectiva ao ingresso no ambiente educacional. Após a homologação da lei 10.639/03, a obrigatoriedade a respeito dos conteúdos relacionados a temática, contribuiu significativamente.

¹¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, *CAMPUS III* – Palmeira dos Índios.
E-mail: maria.cabral2@alunos.uneal.edu.br.2021.

Entretanto, é notório a carência conceitual do negro na sociedade brasileira.

1. A Trajetória no Ensino Educacional do Negro

Iniciando a partir do contexto histórico da educação no Brasil, os Jesuítas, no período colonial, utilizavam dois métodos de ensino: as instituições de ensino de primeira letra, voltado aos indígenas e filhos de portugueses, e o ensino médio, que almejava o conhecimento para o trabalho e catequização. A escola era destinada para homens brancos, filhos de coronéis e senhores de engenho. Esses se formavam em bacharéis de letras e mestres em artes. Consequentemente, com o surgimento da Reforma e da Contrarreforma religiosa na Europa, o ensino primário era voltado para a igreja católica, tendo por finalidade a difusão da fé católica entre os indígenas, senhores de engenhos e negros. O ensino secundário não era permitido para os índios e negros.

A primeira constituição do Brasil em 1824, especificamente no artigo 6º, aborda que eram reconhecidos como brasileiros aqueles que estivessem nascidos no Brasil, fossem libertos, estrangeiros naturalizados, mas os negros não foram mencionados durante a primeira Constituição, pelo fato de estarem interligados ao trabalho e não terem a permissão de parar suas atividades de produção. Em seu percurso, o negro foi excluído do direito ao voto, das participações e acessos básicos ao ensino, pois a educação era voltada aos cidadãos

brasileiros e a maioria dos escravos eram de origem africana.

No decorrer do contexto histórico educacional brasileiro, no qual o negro está inserido, algumas leis foram criadas. No Brasil Império, é intitulado um decreto através da reforma de Couto Ferraz; No Decreto nº 1.331 de fevereiro de 1854, era negado aos escravos o ingresso às escolas públicas. Posteriormente no Decreto nº 7.031 de setembro de 1878, os negros poderiam frequentar a escola, todavia, para isso eles dependiam da permissão dos seus senhores e de suas condições físicas depois do período de trabalho. Através disso, é perceptível que nesse período o acesso à educação era dificultado para o negro.

Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos Negros, durante o Império, ocorreram em nível legislativo quando se proibiu o escravo, e em alguns casos, o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública, e em nível prático quando mesmo garantindo o direito dos livres de estudarem não se criou as condições materiais para a realização plena do direito. (CRUZ, 2008, p. 11)

No período da abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel Cristina, no decreto nº 982/1890, ficaram estabelecidos meios e medidas preventivas, que puniam e proibiam a oportunidade de aproximação do negro com o conhecimento. Já na década de 60, movimentos negros se juntam e reivindicam a ampliação do ensino público, possibilitando o ingresso do

negro nas instituições de ensino. Porém, os preconceitos e relações discriminatórias ainda eram vivenciadas. A partir dos anos 70, os movimentos negros se fortalecem e denunciam o modelo educacional daquele período. Diante desse contexto, os movimentos sentiram a necessidade de mostrar que a história do negro é carregada de uma formação sociocultural, e o seu legado precisa estar no currículo das escolas. O negro é possuidor de cultura e de conhecimentos, sendo um ser contribuinte no que diz respeito ao histórico sociocultural do Brasil.

2. O Negro no Cenário Escolar Atual

Na promulgação da Constituição de 1988, o Brasil teve como meta estabelecer um estado que disponha de direitos igualitários, mas era perceptível que o país ainda percorria um caminho carregado por preconceitos, racismo e discriminação com os afros descendentes. No decorrer histórico educacional, o negro ultrapassou grandes adversidades para acessar o ensino nas escolas. Nos dias atuais, o direito à educação é equitativo, mas quando o negro está inserido no contexto educacional, obstáculos perpassam durante sua trajetória. Diversas são as dificuldades como, a saber: o abandono escolar para contribuir com o sustento familiar as discriminações ocorridas nas relações alunos e alunas, professores e alunos, o que provoca o afastamento de grande parte da população negra em âmbito escolar.

Posto isso, é importante salientar que, mesmo com a aprovação da lei 10.639/03, que dispõe sobre a

obrigatoriedade da inclusão do ensino afro-brasileiro desde 2003 e a inclusão na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), ainda é notável que a discriminação no ambiente escolar e a inclusão do ensino da disciplina de afro é rasa, sendo ensinada nas escolas de forma limitada. Nesse sentido, cabe registrar que, quando ensinado sobre a cultura afro-brasileira, é incluso conhecimentos de forma padrão, caracterizando um perfil cultural limitado.

Do mesmo modo, no ambiente escolar, não é raro alunos serem orientados por suas famílias a ignorarem informações sobre as religiões de matriz africana além da discriminação que sofrem ao assumirem serem pertencentes a referida religião no espaço escolar ou na sociedade.

Nas escolas, os negros percorrem um caminho árduo, mas na contemporaneidade vêm ganhando reconhecimento e espaço simbólico. A exemplo disso, destacamos que com a presença de professores negros, mesmo que em uma parcela menor, é possível que contribuam com seus conhecimentos, vistos como pessoas de visibilidade por estarem conquistando os mesmos direitos que os considerados “brancos”.

A escola, como meio socializador e democrático de conhecimento, tem por base promover a formação de indivíduos conscientes de que sejam conhecedores de que nossa história tem a participação do negro no desenvolvimento histórico cultural carregado por conquistas, por lutas e sofrimentos, e que no decorrer dos períodos ainda não ganharam espaço e reconhecimento por seus feitos em sua totalidade.

Atualmente, apesar das discriminações ainda persistirem, no cenário escolar é imprescindível retratar o ensino afro-brasileiro desde a educação infantil. É notório que a lei 10.639/03 promove o ensino afro nas instituições de ensino, visto ser complemento obrigatório no currículo educacional. Entretanto, é repassado de forma distintiva, bem como, possuem em sua interpretação um pensamento preso ao período escravagista brasileiro. Somados aos fatores mencionados, evidencia-se ainda fatores negativamente preocupantes, como a desistência de jovens negros nos módulos de ensino fundamental e médio, a persistência discriminatória, a limitação de conteúdos presentes nos livros didáticos e outros. Diante desse contexto, os negro acabam abandonando o espaço educativo ou migrando para outros, apesar dos impasses persistirem nessa sociedade em que o diferente no cabelo, na situação social e cor de pele, é colocado em uma posição inferior a outras pessoas e ambientes.

Considerações finais

Em relação a educação brasileira é possível notar avanços interligados à luta do negro pelo direito de uma situação cidadã igualitária em leis e em representatividade no âmbito escolar e nas demais esferas que compõem a sociedade. O ingresso da população negra foi ao longo dos anos negado. Porém, a partir de muitas conquistas e batalhas foi possível ter esse direito. O negro, no ambiente escolar atual, ainda é discriminado e visto como incapaz de

gozar do ensino e dos conhecimentos que todo ser humano tem direito.

O racismo é estrutural na sociedade. Sob essa ótica, salientamos ele faz com que muitos estudantes jovens acabem deixando de lado o aproveitamento do conhecimento por não ter a perspectiva adequada e reconhecida do seu histórico sociocultural. Acreditamos não ser suficiente apenas repassar um ensino padrão de cultura afro-brasileira, esquecendo de adentrar nos seus pontos de conquistas, nas representações que percorreram durante todo o processo social brasileiro e nos dias atuais. Muito embora, seja importante enfatizar que o negro vem conquistando seu espaço por meio de movimentos negros, políticas voltadas a sua inserção, na luta constante por uma identidade nacional igualitária.

REFERÊNCIAS:

FONSECA, V.M.; SANTANA, S.M.P.; JUNQUEIRA, B.E.; VERAS, V.C;. **Negro e Educação: Presença do Negro no Sistema Educacional Brasileiro**. São Paulo-SP, 2001. 100 f. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2307/1/negroeducativro.pdf>>. Acesso em: 20 de abr.2021.

CARVALHO, P.M. **História da educação da população Negra: o estado da arte sobre educação e Relações étnico-raciais (2003-2014)**. Curitiba-PR,2018. Mai/jun. Ed. Educar em Revista v. 34, n. 69, p. 211-230. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/er/v34n69/0104-4060-er-34-69-211.pdf>>. Acesso em: 22 de abr.2021.

PASSOS, C.J. As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos. 34 f. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/artigos/desigualdades_educacionais_eja.pdf>. Acesso em: 25 de abr.2021.

MONARQUIA. Constituição Política do Império do Brasil. Disponível em:<

<https://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf> >. Acesso em: 27 abr.2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, 2016. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf >. Acesso em: 27 abr.2021.

ORAMISIO, S.A.; REZENDE, C.O.; SARAMAGO, G.O.; GIMENDES, O.M. A História da Educação de Negros no Brasil e o Pensamento Educacional de Professores Negros no Século XIX. Curitiba, 2013. 15 f. Disponível em: <

https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/6853_4712.pdf >. Acesso em: 27 jul.2021.

URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS QUILOMBOLAS - COMUNIDADE REMANESCENTE PAU D'ARCO - ARAPIRACA

Janaína Silva Rodrigues¹²

Este relato tem o objetivo de mostrar o quão importante é estudar as comunidades remanescentes destacando a comunidade Pau D'arco e a sua contribuição para a história de Alagoas e do Brasil. O estudo ressalta a importância de se estudar a história do negro no estado e nas comunidades remanescentes que, assim como Pau D'arco, lutam contra os abusos cometidos pelo poder público e contribuem para o estudo das questões afro no Brasil, proporcionando aos professores e alunos uma nova temática para ser discutida durante as aulas.

Para o presente relato, foram utilizados textos, artigos e minha vivência pessoal. Nessa perspectiva, vale pontuar que as aulas de Geografia-afro e as discussões me despertaram para olhar o mundo a nossa volta, dando um destaque especial à comunidade de Pau D'arco, da qual sou residente e acompanho de perto a luta contra à urbanização e ao abuso cometido pelo poder público local.

¹² Aluna da Universidade Estadual de Alagoas, matriculada regularmente no curso de geografia.

E-mail: janainarodrigues@alunos.uneal.edu.br

A história do negro no Brasil é extensa. Ela se inicia com a vinda dos escravos africanos e, conseqüente, seu deslocamento para o interior do país para trabalhar nas fazendas. É importante resaltar que o escravo não esteve presente em todo o processo de desenvolvimento do país, por isso sua presença foi mais vista em lavouras como as de cana-de-açúcar, café e também na extração do ouro.

Alagoas foi um dos estados brasileiros que mais se destacou durante o Brasil colônia devido a luta dos negros contra a escravidão. Zumbi ficou conhecido nacionalmente por sua luta contra a escravidão e conseqüente criação do quilombo que mais abrigou escravos, fazendo com que os senhores o odiassem e pedissem a sua morte. A luta em Palmares pela liberdade pode ser comparada ao momento com o qual uma comunidade que fica localizada na área rural de Arapiraca vem enfrentando, sob a pressão dos órgãos públicos municipais em querer torná-la urbana mesmo contra a vontade de seus moradores.

Na zona rural de Arapiraca, situada no interior do Estado de Alagoas, surge o Povoado Pau D'arco, o qual teve como seu primeiro morador um negro escravo de nome Manoel Tomás da Silva. Sua vinda se deu com o fim da escravidão. O povoado se formou no final do século XIX e até hoje a presença da cor predominantemente negra ainda é muito forte nessa comunidade. Esse foi o principal fator contribuinte para sua certificação junto à Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente.

Pau D´arco, antes popularmente chamado de Pau D´arco dos Negros, devido a cor negra que até hoje é muito presente em seus moradores, está passando por um momento de grande inquietação e preocupação. Isso porque discute-se a provável urbanização do povoado e os consequentes problemas que essa urbanização pode trazer. Os problemas que os moradores mais temem são a dificuldade em se aposentar como agricultor junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e a cobrança do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Além disso, temem perder a identidade, pois a história do surgimento da comunidade vem toda de uma base predominantemente rural.

Como moradora dessa comunidade remanescente, percebo que existe uma corrida contra o tempo para que essa urbanização não aconteça, mas, mesmo com todo o esforço, provavelmente a comunidade passará a ser urbana, perdendo assim o seu espaço de comunidade rural e passando a se integrar ao urbano. Será uma perda muito grande quando Pau D´arco for de fato urbano, visto que toda sua história foi construída em sua formação rural. Transformá-la em bairro é mais uma vez repetir a história de abuso contra o povo negro.

A IMPORTÂNCIA DO NEGRO NA FORMAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

João Gabriel da Conceição¹³

O continente africano está presente no material didático desde as turmas iniciais às finais, sendo matéria de estudo de áreas como geografia e história, mas que ainda assim são pouco aprofundadas. Muitas vezes o tema do negro no Brasil só é tratado no dia 20 de novembro que é o dia da consciência negra. Isso configura pouco destaque para quem fez tanto por esta nação, além de ser um tema com pouco destaque e muitas vezes pouco abordado.

Com base nas aulas de Geografia Afro-Brasileira, a curiosidade sobre esse assunto foi despertada em mim e me influenciou a escrever este relato. Isso porque a trajetória do negro na sociedade brasileira é algo que merece um destaque já que faz parte da nossa história. A referida trajetória merece ser lembrada para que haja uma diminuição no preconceito racial e religioso que existe ainda nos dias de hoje.

A história do negro no Brasil merece um grande destaque, pois foram eles que construíram o país, além de trazer uma grande contribuição cultural.

Os negros, trazidos ao Brasil na condição de escravos, chegaram a estas terras em 1538, sendo vendidos

¹³ Graduando do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual de Alagoas, campus III- Palmeira dos Índios - Alagoas. E-mail: joaoconceicao@alunos.uneal.edu.br

já como prisioneiros de guerra ou sendo capturados e tirados de suas terras à força. Eram artesãos, agricultores, guerreiros, reis e rainhas, eles eram pessoas com vidas. Ao chegarem ao então novo continente, foram separados de suas famílias e levados para trabalharem em diferentes fazendas, sendo mais comum o cultivo e colheita da cana de açúcar. Mesmo esse trabalho tendo maior proporção, o cultivo de café, algodão, arroz e a própria extração de pau-brasil, entre outras, fizeram com que a economia crescesse.

A economia brasileira e portuguesa tiveram seu crescimento graças ao trabalho escravo do negro, no qual o mesmo foi privado de praticar sua cultura e religião e sendo submetido a condições sub-humanas. Mas ainda assim conseguiram deixar sua marca cultural e religiosa, pois, mesmo sendo proibidos de praticar e cultuar seus deuses, eles adaptaram-se para que não fossem punidos por isso, utilizando assim santos católicos para representar seus deuses e deusas. Essa prática servia para que quando o senhor de engenho os visse achasse que estavam cultuando aquele santo ou santa, quando na verdade estavam orando as suas divindades. Nesse contexto, havia uma introdução do Candomblé, que foi trazida por esses escravos e que depois deu origem a Umbanda, a qual mescla elementos do catolicismo, espiritualismo e religiões afro-brasileiras.

É notável a contribuição cultural trazida por esses povos para o Brasil, seja na religião como citado acima, seja na culinária, seja na música, seja na dança e no idioma. Isso porque os escravos trazidos para cá vinham de diversas partes do continente africano. O enriquecimento cultural foi enorme. Podemos perceber tudo isso em algumas palavras

como: dengo, cafuné, caçula, moleque, dendê, entre outras. Além disso, podemos citar uma dança que também é um estilo de luta, a capoeira, que foi proibida de ser praticada por causar medo aos europeus que não viam aquilo como uma dança. É válido ressaltar que, mesmo após a libertação dos escravos, em 13 de maio de 1888, a capoeira ainda era proibida. Um filme brasileiro que mostra bem isso é Besouro, que era o sobrenome do reconhecido capoeirista Manuel Henrique Pereira, um órfão que se transformou num dos grandes mestres de capoeira.

Concluindo, podemos ver a grande contribuição que o negro trouxe para o Brasil e toda sua importância, fica a ressaltar o quão guerreiros eles são, pois, 132 anos após o fim da escravidão, vemos o quão a sociedade ainda continua preconceituosa e o quão desigual são as condições. O negro no Brasil ainda é visto com uma imagem negativa sendo ignorada toda sua contribuição para a formação desta nação. É necessário mudar esse cenário, pois em pleno século XXI tal tipo de preconceito é inaceitável, em um país tão diversificado culturalmente quanto esse, e que onde boa parte de sua cultura e formação foram feitas por negros tirados de sua terra natal como escravos.

O NEGRO E O FUTEBOL

Jorge Lucas Soares Alves¹⁴

Escolhi abordar esse tema, pois sou um apaixonado por futebol e tenho percebido que os casos de racismo durante os jogos vêm sendo frequentes. Porém, os casos não são tratados com a importância devida e ninguém é punido. Durante o semestre de 2020.2, foram discutidos vários temas sobre o negro no Brasil. Dentre os vários, percebi a necessidade de desenvolver esse relato, pois infelizmente os casos de racismo no futebol estão acontecendo e não estão dando a importância necessária.

O futebol chegou ao Brasil como um esporte de elite, apenas quem tinha poder aquisitivo podia jogar. No entanto, o futebol conquistou os operários e trabalhadores aqui do Brasil. O Bangu Atlético Clube foi pioneiro na inserção de atletas negros. Porém, quando o clube escalou um atleta negro para a partida, a Liga Metropolitana de Football publicou uma nota proibindo o registro de pessoas negras como atletas amadores de futebol e, por esse motivo, o clube abandonou a Liga e não disputou o Campeonato Carioca.

Outro clube que entrou para História foi o Vasco da Gama, ao conquistar um título com um time quase que

¹⁴ Aluno do curso de licenciatura em Geografia, pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, campus III, Palmeira dos Índios - Alagoas. E-mail: jorgealves@alunos.uneal.edu.br

inteiramente por jogadores negros. O clube já havia elegido o presidente Cândido José de Araújo que era negro e foi campeão carioca em 1923. No ano seguinte, outros clubes também abandonaram a Liga e fundaram a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA), dentre eles: Flamengo, Botafogo e Fluminense. Um grande passo para a redução do racismo no futebol foi a profissionalização da modalidade, pois os atletas passaram a ser contratados e pagos de acordo com seu nível técnico. Com isso a cor da pele dos jogadores passou a ser uma questão menos importante.

Atualmente, muitos clubes brasileiros e até mesmo estrangeiros contam com jogadores negros no elenco, porém, esses jogadores não estão livres do racismo. Um exemplo disso é o do jogador Neymar Júnior, que durante uma partida do Paris Saint-Germain Football Club (PSG), no dia 23/09/2020, foi vítima de racismo. O insulto de Neymar não foi penalizado. Em outra partida do PSG, no dia 08/12/2020, o quarto árbitro se dirigiu a um jogador do Instambul Basaksehir com ofensa racista, e os atletas, incluindo Neymar, saíram do campo. Diante do fato a partida foi adiada.

Os episódios são muitos, mas o caso mais recente é o do jogador Gerson do Clube de Regatas do Flamengo. No dia 20/12/2020, o referido jogador foi vítima de injúria racial durante a partida contra a equipe do Bahia e durante a partida ninguém foi penalizado. Esses são apenas alguns relatos, porém existem muitos outros casos de racismo no futebol brasileiro e internacional.

No futebol, a representatividade e as contribuições de jogadores negros são imensas. Apesar de ter encerrado sua carreira como jogador, Pelé sempre foi e sempre será o rei do nosso futebol brasileiro. São muitos os jogadores negros com nível técnico altíssimo e com poder aquisitivo alto que mesmo assim sofrem com o racismo. Um problema social que infelizmente está sendo mais frequente no nosso Futebol.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, Marcelo Medeiros. **O negro no futebol brasileiro: inserção e racismo, 'portal geledés.**

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-negro-no-futebol-brasileiro-insercao-e>

[racismo/?gclid=EAIaIQobChMIo9L6xpHY7gIVIIaRCh1AYQcIEAAYASAAEgKyJfD_BwE](https://www.geledes.org.br/o-negro-no-futebol-brasileiro-insercao-e-racismo/?gclid=EAIaIQobChMIo9L6xpHY7gIVIIaRCh1AYQcIEAAYASAAEgKyJfD_BwE)

A PRESENÇA DO NEGRO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Rafaela Izidio da Silva Carvalho¹⁵

Considerações iniciais

No decorrer da história, a população negra no Brasil foi concebida e reportada sob a ótica da escravidão, isto é, no âmbito das relações de produção e trabalho, caracterizando-os por uma identidade preconceituosa e inferiorizada, contendo em sua trajetória marcas evidentes de desigualdades que se apresentam nos diferentes espaços sociais. Entretanto, a história sociocultural dos negros conta com uma gama de questões no que diz respeito a sua formação cultural, política, econômica e educacional, visto o destaque obtido nas diferentes esferas em que se constitui a sociedade brasileira. Na educação, o ensino voltado a temática, apresenta um perfil limitado, evidenciando pontos culturais específicos.

A influência exercida pelos negros na formação social brasileira é abrangente, muito embora, não seja dada relevância precisa nos assuntos abordados em ambiente escolar, porém, faz-necessário analisar a inserção do negro na política brasileira, visto que o mesmo é excluído de representatividade política, ficando esse reconhecimento,

¹⁵ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, *CAMPUS* III – Palmeira dos Índios. 2021. E-mail: rafacarvalhouneal@gmail.com e/ou rafaelacarvalho@alunos.uneal.edu.br

apenas nas mãos do homem branco. Diante disso, a discussão a respeito da inserção do negro na política tornou-se ainda mais inescusável, colaborando dessa forma na luta por espaço do negro na política brasileira, e assim sendo, na sociedade em geral.

2. REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA BRASILEIRA NO ÂMBITO ESCOLAR

2.1 Breve histórico do Movimento Negro Brasileiro

O movimento negro no Brasil teve início durante o período de escravidão, com a finalidade de defender os escravizados que sofriam violências e injustiças praticadas pelos senhores de engenho, além de reivindicar por melhores condições de vida e cidadania. Aqui merece destaque um dos maiores defensores do movimento negro, o líder do Quilombo, conhecido por Zumbi dos Palmares, grande impulsionador brasileiro dessa luta. Após o fortalecimento desse movimento, várias conquistas foram alcançadas na comunidade. No mesmo período, o Movimento Liberal Abolicionista ganhava força, desenvolvendo novas ideias, como o fim da escravidão e comercialização negra. Como resultado da resistência e da luta pela liberdade africana de ambos os movimentos, foi promulgada, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, pondo fim ao período escravagista.

O movimento negro foi reconhecido e estruturado como fenômeno organizado, apenas no século XX, visto que antes do abolicionismo era executado de maneira

clandestina. Nas décadas de 1950 e 1960, o movimento ganhou maior visibilidade trazendo à luz a pauta do racismo estrutural, difundido em vários planos sociais. No Brasil, a luta da população negra gira em torno do reconhecimento do racismo como crime, da dívida histórica dos mais de 300 anos de escravidão, marcados por sofrimentos e enclausuramentos, além da busca por semelhança relacionada ao acesso a oportunidades e inclusão social.

No que concerne a integração da população negra nos módulos sociais, a referir-se a política brasileira, existe uma desigualdade visível quanto à diferença na presença da população afro-brasileira se comparada aos brancos, que mesmo tendo percentual inferior ao número total da população brasileira, ocupa maior espaço diante da representatividade política. Dito isso, destacamos que a luta, nessa ação participativa, é diária. Entre as conquistas que fazem parte do processo de luta dos negros por igualdade de direitos, está a lei 10.639/03 que traz a discussão da história e cultura afro-brasileira e a valorização dos africanos e afro-brasileiros nos currículos escolares na rede de ensino público e privado. Isso expõe relevância significativa na execução de formação cidadã de maneira igualitária no país.

2.2 Lei 10.639/2003

Em 09 de janeiro de 2003, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou a Lei nº 10.639, modificando a LDB¹⁶. Dessa forma, o governo

¹⁶ LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

sancionou, em março de 2003, a lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da história da África, dissertando conhecimentos quanto ao povo africano, assim como sua relação sociocultural com o Brasil. Após homologação da lei 10.639/03, as instituições de ensino públicas e privadas, da educação básica, tiveram que restabelecer critérios com relação ao currículo, incluindo a temática como fator determinante no ensino de crianças e jovens, objetivando educar para diversidade. Isso significa difundir e desenvolver conhecimentos, influenciar na formação crítico social, compreendidos de atitudes e valores que formem cidadãos no que tange a pluralidade étnico-racial. Sobre esse assunto, Cavalcante (2010, p. 40) afirma que “o professor passa a ter o papel fundamental de mediador na construção das relações interculturais, promovendo processos de interação entre os alunos e o conhecimento”.

Evidentemente, a cultura afro-brasileira é retratada em sala de aula, todavia, encontram-se delimitações em seu enfoque, acercando assuntos distintivos, tais como: a música popular, a literatura, o cinema, o teatro, a culinária, o carnaval, a dança. Em vista disso, é inegável a aplicabilidade da lei 10.639/03, porém, existe uma deficiência a referir-se a temática afro-brasileira, que conseqüentemente afeta na incorporação do negro nos diferentes contextos que englobam a sociedade.

2.3 O Negro no Cenário Político Brasileiro

O debate é pautado na inserção negra no desenvolvimento político nacional, visto ser um tema que

ainda se designa em uma visão preconceituosa e racista, e que precisam ser submetidos a uma lavagem educacional e atenciosa ao futuro jovem brasileiro. A política brasileira é marcada pela presença do homem branco, mesmo categorizando-se como minoria no que diz respeito ao percentual populacional brasileiro. Entretanto, a luta por inclusão social e igualdade de direitos do negro realiza avanços diários que merecem o destaque notório.

Mesmo diante de um cenário violento, marcado por retrocessões, mortes e confinamentos, a população negra, em sua luta organizada e política, é conceituada a maior perspectiva de mudança da comunidade brasileira. Nessa luta, é imprescindível a implantação de uma política nacional, que garanta o acesso dos negros em cargos relevantes, visando amenizar a disparidade social e promover o negro à cidadania. Todavia, diversos representantes políticos ocuparam e ocupam cargos importantes, mesmo havendo uma inferioridade referente aos candidatos negros registrados.

Analisando dados gerais com relação à assistência negra na política brasileira nos últimos anos, as eleições de 2020 obtiveram a maior porcentagem e o maior número de candidatos negros já registrados pelo TSE¹⁷. É pertinente destacar que o referido registro foi realizado a primeira vez, desde 2014. Essa coleta de informações de raça realizada pelo tribunal revelou que os candidatos brancos foram minoria na concorrência de vagas eletivas, levando em consideração a existência afro-brasileira. Diversos fatores

¹⁷ TSE: Tribunal Superior Eleitoral

influíram no tocante a elevação do número de candidaturas negras no Brasil. O professor de Ciência Política da UFMG,¹⁸ Cristiano Rodrigues, afirma que, nos últimos anos, houve “vários movimentos que levaram ao aumento as candidaturas. Um deles é o efeito Marielle. Ela se tornou um símbolo e tem motivado várias pessoas negras a entrar na política”. Ele diz ainda que “os cursos de formação política têm atraído maior diversidade de pessoas e podem contribuir para que os negros entrem na política”.

É notável a participação afro-brasileira cada vez maior nas categorias que compõem a sociedade, e que na política essa visibilidade sobre a questão racial vem ganhando espaço na mídia e no debate público no Brasil, como fora dele. A carência quanto aos conteúdos afro, vistos em sala de aula, deveria ser revista diante do reconhecimento que o negro está conquistando na luta pela cidadania em uma ação de ressignificação por uma identidade nacional igualitária.

Considerações finais

A partir da análise feita, notou-se que o estudo afro-brasileiro, nas escolas públicas e privadas, exprime-se a temáticas relativas e históricas, correspondentes a aspectos escravagistas que conceituam o negro como um ser voltado para o trabalho braçal. Esses cidadãos foram estigmatizados pela sua cor e considerados inferiores, sofrendo um afastamento histórico geracional. Ademais, isso afetou a incorporação da população negra nas diversas esferas da

¹⁸ UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

sociedade.

A tratar de vertentes relacionadas a cultura afro, evidencia-se a sua presença em diferentes segmentos, sendo seres contribuintes e ativos, que lutam diariamente por espaço e presença frente aos conjuntos sociais. Ao analisar a competição eleitoral brasileira, é perceptível a participação dos negros no dinamismo político, assim como, as adversidades que aparecem em seu percurso e que são vencidas parcialmente, fazendo-se necessárias às medidas político-sociais e à própria conscientização da população que favoreçam a participação da população negra na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, Leandro. A lei 10.639/2003 e o ensino da história afro-brasileira e africana. Disponível em: <<https://m.educador.brasilecola.uol.com.br/amp/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm>> Acesso em 26 de abril de 2021.

Movimento Negro: História, objetivos e conquistas. Stoodi. Publicado: 11/01/2021. Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/historia/movimento-negro/>> Acesso em: 27 de abril de 2021.

POSSIEDE, Bárbara; CECCATTO, Igor. Como a desigualdade racial se reflete na política do Brasil. Disponível em: <<https://www.uninter.com/noticias/como-a-desigualdade-racial-se-reflete-na-politica-do-brasil>> Acesso em 27 de abril de 2021.

SILVA, Ossesio. **O negro na política brasileira.**

Estadual. Publicado: 12/052015. Disponível em:

<<https://republicanos10.org.br/estadual/o-negro-na-politica-brasileira/>> Acesso em 27 de abril de 2021.

Proporção de candidatos negros nas eleições de 2020 é a maior já registrada; pela 1ª vez, brancos não são maioria. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/09/28/proporcao-de-candidatos-negros-nas-eleicoes-de-2020-e-a-maior-ja-registrada-pela-1a-vez-brancos-nao-sao-maioria.ghtml>> Acesso em 28 de abril de 2021.

LEITE, Naiara; PINHEIRO, Jonas. **Os desafios políticos da população negra: Da escravidão à democracia, e o levante do fascismo no Brasil.** Revista Afirmativa.

Publicado:18/11/2018. Disponível em:

<<https://revistaafirmativa.com.br/os-desafios-politicos-da-populacao-negra-da-escravidao-a-democracia-e-o-levante-do-fascismo-no-brasil/>> Acesso em 28 de abril de 2021.

SILVA, Ediliz Aparecida Ferreira da. **A importância da cultura africana na formação da sociedade brasileira e suas reflexões sobre o ensino de história no ensino fundamental I: Estudo de caso nas escolas públicas do Estado de São Paulo.** Publicado: 12/07/2019. Disponível em:

<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/reflexoes-sobre-o-ensino>> Acesso em 28 de abril de 2021.

A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO DECOLONIAL E SUA INFLUÊNCIA NA PRÁTICA DOCENTE

Renata Tenório Cavalcante da Silva¹⁹

Relatar experiências de estudos é imprescindível para o crescimento intelectual. Isso foi possível porque fui instigada pelas discussões propostas em sala de aula, mais especificamente nas aulas de Geografia Afro-brasileira, quando em um determinado momento a professora Ana Cristina Moreira explanou sobre as escrituras e relatos a respeito do tema: “O Negro no Brasil”, juntamente com conversas pautadas pela professora Rosa de Lima sobre a temática da decolonialidade citada em uma das aulas de Geografia no Mundo Contemporâneo. Esses assuntos se tornam complementares quando somados a pergunta que mais causa inquietação; “A história do negro deve ser reescrita?”. A partir desse contexto de inconveniência em companhia com a observação das condições e das dificuldades enfrentadas pelo fazer docente frente ao pensamento encaixado que chega à sala de aula.

O pensamento colonial existe e faz parte desse engessamento. Nesse sentido, torna-se assunto de fundamental importância para que o professor busque alternativas que comecem a ser postas em prática, tanto para

¹⁹ Renata Tenório Cavalcante da Silva, graduanda do 8º período do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL *campus* III. E-mail: renatacavalcante@gmail.com

mudar sua forma de pensamento, se for o caso, quanto para a facilitação da aprendizagem dos que chegam com essa carga. Nesse contexto, ainda se enfatiza para que o leitor tome consciência de que tanto a cultura africana, quanto as demais precisam ser ressaltadas, dando lugar ao respeito às pluralidades que compõem o existir, o que permite a convivência harmônica e ética em sociedade. É necessário ainda que seja revelada a importância intrínseca dessas contribuições para a sociedade contemporânea, dando lugar a horizontalidade do conhecimento, sem a hierarquização do viés europeu como um modelo a ser seguido.

Os textos utilizados como base para esse relato de experiência foram os presentes na ementa das disciplinas de Geografia Afro-brasileira e Geografia no Mundo Contemporâneo, no período letivo de 2020.2, da Universidade Estadual de Alagoas. Nos embasamos em Capelle; Silva (2019) que tratam da perspectiva descolonial; na leitura e releitura desses conceitos dentro do campo da Geografia e em Assumpção (2005) que vêm trazer à tona assuntos sobre a história dizível do povo africano, bem como nas literaturas de Bortoluci (2009) e CRUZ (2017) que retratam da questão do eurocentrismo e do pensamento colonial que influenciam nos processos que aqui serão retratados.

1. Decolonial e Descolonial: semelhanças, diferenças e possibilidades

São inúmeras as descrições, conceitos, semelhanças e diferenças que entornam a questão do pensamento

decolonial, deixando o assunto recheado de características pontuais e específicas a respeito dos termos utilizados para se referir aos assuntos que envolvem o pensamento pós-colonial, a decolonialidade e descolonialidade, a decolonização e ainda a Geografia Decolonial. A abordagem proposta vai salientar as semelhanças e diferenças entre os vocabulários utilizados, passeando junto à contextualização dos estudos que sucederam o regime colonial especificamente brasileiro, quando parte do pressuposto do fim do colonialismo histórico, ou seja, o fim do colonialismo como regime econômico e modo de organização da sociedade em seu ponto de vista político.

Em relação à estrutura do pensamento e aos estudos pós-coloniais, o presente relato aborda o contexto de mundo pós regime colonial, apontado como ponto de partida, para compreender a realidade contemporânea, o modo de agir do corpo social, suas relações e concepções resultantes da consequência das profundas marcas civilizatórias deixadas na sociedade colonizada, principalmente no que diz respeito às irrefragáveis alterações na cultura dos povos africanos. Visto que, a partir do momento em que essa estrutura é montada para a organização da sociedade em uma dada maneira, se apresenta uma interferência de extrema força na organização do espaço e na composição da forma como o imaginário social é constituído, sobretudo também na organização da linguagem do povo e elaboração de seus critérios morais.

No tocante às palavras Decolonial e Descolonial, alguns autores como Costa (2014), em algumas de suas falas, frisa as diferenças na escrita dos termos. Mas sobre

esse contexto é relevante dizer que “descolonizar” com o “s” é deixar de ser colônia, o que aconteceu com o Brasil que foi colônia europeia. A ele foram impostos pensamentos e formas de agir de acordo com quem aqui veio explorar, inferiorizando os valores já existentes. Todavia, “descolonizar” sem o “s” é também fazer outras formas de sentir e existir que não seja aquelas impostas por um modelo hierárquico que se tornou a lógica de pensamento modelo, e dar espaço para a própria e original forma de ser. Esse viés do saber engloba pensadores e pensadoras de matrizes teóricas diferentes, não pensando exatamente a mesma coisa, por consequência dos seus campos epistemológicos e de atuação distintos, pautando em suas teorias o pensamento em comum uma crítica contundente e uma intervenção prática contra o sistema mundo colonial, patriarcal.

Entretanto, fazer referência ao termo “decolonial” vai além de apenas um fazer de descolonização no sentido político econômico dos processos. Tal pensamento se relaciona a esse fato, mas se faz ainda mais vasto. Inclui também traços fortemente subjetivos, culturais e simbólicos, ou seja, o fazer decolonial se refere a processos políticos de dominação que tem que ser enfrentados, dando legitimidade para todas as culturas e formas de pensamento existentes, sobretudo de raízes verdadeiramente originais como é o caso das lutas de povos indígenas e ainda afro-brasileiros. A implicação desse saber na maneira da produção do conhecimento é algo que acabou tomando a academia nos últimos anos, a partir da luta contra o racismo epistêmico. Este é conceito forjado para denunciar a

predominância de um tipo de pensamento criado por homens brancos europeus que dominaram os currículos, excluindo e calando outras vozes que também contribuem para a produção do conhecimento. Sobre isso Piza (2021, p. 286) narra que:

Uma das estratégias usadas no âmbito dos estudos decoloniais foi denunciar a predominância do sujeito-europeu-homem-branco como referência de ente universal para produção de conhecimento e mostrar sua especificidade, ou seja, demonstrar que a narrativa que era tomada como toda na verdade era parte e havia fundado inclusive as bases teóricas do eurocentrismo, com consequências concretas bastante significativas para a história global.

O pensamento e os estudos pós-coloniais sugerem outros modos de pensar e alternativas próprias para conseguir chegar a um caminho diferente do imposto pela lógica europeia, fazendo uma desconstrução das genealogias eurocêntricas, surgem a partir do regime colonial e o compilado contextual de um mundo em constante transformação em busca do desenvolvimento. Mas somente a partir dos anos 70 e 80 é que começa a se engatinhar uma sistematização e formação para um estabelecimento no campo de estudo específico de decolonização ou pós-coloniais, centralizando uma forma de pensar que permite uma melhor compreensão da realidade moderna, contemporânea, ou seja, da realidade presente e as relações existentes. Isso pautando também o

simbolismo de como o ser humano enxerga o outro, deixando de lado o pensamento eurocêntrico tido por muito tempo como modelo conforme Bortoluci (2009, p. 26) menciona:

Pode-se pensar o eurocentrismo como um conjunto de categorias e imagens de mundo adaptável às alterações na organização do poder global, mas sempre emitido a partir de um ponto de vista do centro europeu/ocidental desse sistema. Esse olhar central hegemônico ontologiza as diferenças com relação às outras sociedades (periféricas), enxergando-as como formas incompletas de realização de um ideal moderno.

Dentro de tudo isso o eurocentrismo está pontualmente presente e foi uma forma hegemônica de construção do saber e de pensamento que diminuiu, invisibilizou e colocou no topo o seu próprio saber como detentor do conhecimento, visto que diminuiu determinadas histórias ao invés de horizontalizá-las. Contudo, fez com que certos pensamentos fossem visionados e outros deixados de lado, a exemplo da hierarquização racial quando os negros vieram ao Brasil na condição desumana do processo de escravidão, sendo negligenciada a sua cultura, ou ainda os povos nativos, que aqui habitavam, que também foram escravizados e sofreram um processo de agressão vindo dos povos colonizadores. O discurso que se perpetua até os dias atuais é perceptível através de várias atitudes marcadas e refletidas pela colonialidade e imperialidade em vários âmbitos da sociedade.

1.1 A prática docente dentro do contexto da Decolonização do saber

O fazer docente em todo esse contexto se coloca perpassando por muitas dificuldades principalmente em relação aos pensamentos enraizados e pobres de criticidade que chegam até a sala de aula, acompanhados pela história do Brasil colonial que foi catequizado por jesuítas e suas crenças dogmáticas. A ideologia que se criou e teve suas bases no colonialismo se vocaliza na negação dos povos indígenas, na negação das contribuições dos povos africanos e afrodescendentes, tirando o protagonismo dos povos tradicionais e categorizando a visão eurocêntrica.

A história do Brasil tem em sua essência a marca do colonizador, tanto é que começa a ser contada a partir de 1500, como se o Brasil não existisse antes da chegada dos portugueses, se tornando uma história contada a partir da visão do opressor, onde o nativo foi estereotipado e subordinado. O negro nessa conjuntura de pensamento também é menosprezado. Ele tem negligenciada uma trajetória que de fato precisa ser reescrita. É pertinente destacar que essa trajetória veio ganhar força muito recentemente ao ser inserida na educação básica e nos novos componentes curriculares de forma diferenciada dando o devido valor aos povos formadores da nossa cultura.

Dentro dessa abordagem, surge na Geografia o pensamento decolonial que vem trazer alternativas para descaracterizar esse arcabouço imperialista ou até mesmo considerado contra hegemônico, rompendo a forma de

pensamento das heranças coloniais, contestando o eurocentrismo. Exatamente por essas menções é que o tema chama a atenção, ao dar o devido valor para a história dos oprimidos que é sufocada pelo pensamento colonial. A respeito disso as leituras Freire (1992, p. 75) discutem que:

Tinham cultura. Diziam que antes de sua chegada à África nós não tínhamos História. Que a nossa História começou com a sua vida. Essas afirmações são falsas, são mentirosas. Eram afirmações necessárias à prática espoliadora que exerciam sobre nós. Para prolongar ao máximo a nossa exploração econômica, eles precisavam tentar a destruição da nossa identidade cultural, negando a nossa cultura, a nossa História. Todos os povos têm cultura, porque trabalham, porque transformam o mundo e, ao transformá-lo, se transformam.

A partir do momento em que a prática do conhecimento muda, o sujeito começa a pensar fora do padrão que se impõe a ele, começa a pensar e criticar a partir de sua própria visão de mundo, não hierarquiza as formas de conhecimento, observando com criticidade, se permitindo descaracterizar os saberes, entendendo as especificidades, se abrindo ao novo, tomando uma consciência crítica, diagnosticando os estereótipos enraizados. E o que vem sendo pensado até o momento é que o sujeito começa o seu processo de descolonização sendo uma pessoa que, se pretende desprender as marcas colonialistas enraizadas, deve a cada vez mais se propor a ter uma voz ativa e combativa dentro de suas convicções. Quanto a isso, Cruz (2017, p. 32) nos diz que:

Não é possível pensar um esforço de descolonização que não passe pela construção de novas práticas de descolonização epistêmica, mas também pedagógica, que esteja expressa nos currículos, nas metodologias de ensino, nas avaliações etc. A universidade e a escola precisam se descolonizar, nós professores precisamos pensar em pedagogias outras, em pedagogias descoloniais.

O caso do Brasil, onde a estrutura escravocrata implicou em todas as instâncias sociais com o racismo sendo ainda grande dispositivo de regulação da desigualdade social, mostra uma das marcas do que foi o Brasil colônia, mostrando como essas práticas permanecem. A defesa de que a colonialidade não desapareceu exige uma intervenção, teórica e prática, implicando dizer que o caminho para a decolonização começa quando nós, seres humanos e principalmente profissionais da educação, passamos a aplicar práticas pedagógicas diferentes das que estão nas bases das diretrizes, indo de encontro ao pensamento forjado pelo colonizador, inovando, intervindo no espaço com ações práticas, ensinando, ultrapassando as teorias. Isso porque existem inúmeras possibilidades, principalmente as livres de hierarquização, pautadas na horizontalidade das formas de pensamento e conhecimento, principalmente dando voz aos povos e às culturas que ainda hoje são tidos como incapazes.

REFERÊNCIAS

ASSUMPCÃO, JE. **África**: uma história a ser reescrita. *In*: MACEDO, JR., org. Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

BORTOLUCI, José Henrique. **Pensamento Eurocêntrico, Modernidade e Periferia**: Reflexões sobre o Brasil e o Mundo Muçulmano. 2009.

CAPELLE, Rodrigo Suess; SILVA, Alcinéia de Souza. **A perspectiva descolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia**. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 23, e7, 2019

CRUZ, Rafael Cordeiro. **Territorialidade Autonomia, Utopia e Geografia Decolonial para o Direito à Cidade**: Um ensaio sobre o Carnaval de Rua no Rio de Janeiro. 2017.

CRUZ, Valter do Carmo. **Geografia e pensamento descolonial**: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *In*.: *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 29. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

PIZA, Suze. **Des-pensar as subjetividades, enfrentar as armadilhas da identidade**. *Das Questões*, Vol.8, n.2, abril de 2021.

O NEGRO APÓS A ABOLIÇÃO: UMA RELAÇÃO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Zélia Pereira de Oliveira²⁰

Este relato tem por objetivo fazer com que os professores e os alunos da Educação Básica possam ter um melhor conhecimento e entendimento sobre a questão afro no Brasil, mais especificamente a questão do negro após o fim da escravidão e como as condições que lhes foram impostas refletem na condição atual da população preta do país. E dessa forma possa contribuir para que haja uma desconstrução de estereótipos e preconceitos, ainda existentes.

O interesse por essa temática abordada nesse relato, partiu das discussões e reflexões realizadas nas aulas remotas de Geografia Afro-brasileira. No referido momento, foi possível observar a amplitude dessa área de estudo e o quanto é importante esse conhecimento. Assim sendo, percebi a importância de abordar a temática, “O negro após a abolição: uma relação entre o passado e o presente”, buscando relatar um pouco sobre a vida dos negros após a escravidão, principalmente no que diz respeito à marginalização, à exclusão racial e à vulnerabilidade social e como essas questões ainda tem

²⁰ Aluna do curso de licenciatura em Geografia, pela Universidade estadual de Alagoas-UNEAL Campus III, Palmeira dos Índios-AL.
E-mail: zelia@alunos.uneal.edu.br

grande influência na sociedade brasileira atualmente. Isso porque acredito ser fundamental o conhecimento da geohistória que tanto contribuiu para a formação do Brasil.

Na data 13 de maio de 1888, após anos de tentativas para acabar definitivamente com a escravidão no Brasil, finalmente, estava assinada a lei que dava “liberdade total” aos escravos existentes nessas terras, a Lei Áurea. Importante colocar que a abolição no Brasil ocorreu por questão de necessidade, para que o país fosse inserido na economia mundial, uma vez que o sistema escravista já era considerado ineficiente para o desenvolvimento econômico em outros países, onde era adotado o trabalho assalariado, que era mais barato e eficiente.

No entanto, a instituição dessa lei não trouxe mudanças positivas para o negro, pois este, agora livre, não tinha muito o que fazer com a sua liberdade, uma vez que a abolição da escravidão apenas libertou-o, mas não o inseriu na sociedade brasileira. De acordo com Nunes (2008, p. 249), “a luta dos negros por um espaço naquela sociedade era desumana; eles estavam sozinhos abandonados à própria sorte”. Eles foram substituídos pela mão de obra imigrante, Muitos ex-escravos e seus descendentes continuaram nas fazendas de seus antigos senhores, em troca de comida e lugar para morar, pois não tinham pra onde ir, não tinham terra, não eram alfabetizados, ou seja, nada favorecia a sua vida nessa sociedade agora ex-escravocrata. Os que saíram das áreas rurais acabaram ocupando as áreas periféricas nos espaços urbanos. Conforme afirma Figueredo (2014, p. 04), “[...] em sua grande maioria, os ex-escravos foram excluídos

geograficamente e expostos ao preconceito racial, passando a habitar áreas urbanas periféricas, formando assim as favelas e os cortiços [...]”.

Como não tinham muita instrução devido aos anos de escravidão e por não poderem estudar, esses ex-escravos não conseguiam bons empregos. Eles desenvolviam trabalhos subalternos, pesados e que pagavam mal, além de sofrerem com o preconceito e o racismo, que não acabaram com o fim da escravidão, pelo contrário.

A população negra ficou totalmente à margem da sociedade, não houve nenhuma política de inclusão dos negros libertados, não lhes foi dado nenhum direito social naquele momento. Fica claro o quanto essas questões impostas a essa população, assim como os séculos de escravidão, impactaram suas vidas e como isso reflete em problemáticas na atualidade, como a desigualdade social, racismo e preconceito dentre outros. São poucos negros ocupando grandes cargos, são os que mais sofrem com o desemprego, estão mais vulneráveis à violência e estão mais concentrados nas áreas periféricas. Isso ocorre não porque eles sejam incapazes, ou porque sejam inferiores, mas sim porque falta assistência a essa população. É preciso que haja políticas públicas que tratem dessas questões de forma eficiente, caso contrário, continuará se reproduzindo a mesma coisa e não haverá a superação dessas problemáticas.

Diante do que foi relatado é notório que essas questões, mesmo passados muitos anos e que ainda perduram nos dias de hoje, são reflexos de um passado cruel

e violento para com os negros e seus descendentes na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

FIGUEREDO, Dhione Andrade. Espaços negros urbanos: segregação e preconceito nas cidades brasileiras. *In*: Congresso Brasileiro de Geógrafos – **AGB**, 2014, Vitória, ES. Anais do VII CBG – ISBN: 978-85-98539-04-1

NUNES, Gilcerlândia Pinheiro de Almeida. A integração do negro na sociedade de classes: uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção. **Cronos**, Natal-RN, v. 9, n. 1 p.247-254, jan./jun.2008.

A TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

Antonio Carlos Alves dos Santos²¹

Quando se fala do negro no Brasil, se pensa somente em épocas de escravidão, e se deve realmente pensar, lembrar. O negro tem uma trajetória de sofrimento, de luta em territórios brasileiros, onde ainda “existem marcas de sangue e de dor” desse povo. Por muito tempo, foram usados como máquinas, principais responsáveis pela mão de obra nacional, infelizmente até hoje são submetidos a serem a mão de obra responsável pelos trabalhos exploratórios oferecidos pelo mercado. O que pode ter mudado foi a nomenclatura do sistema porque a exploração continua a mesma, disfarçada com a “liberdade de ir e vim”.

Mas o negro no Brasil é muito mais do que apenas marcas de dores. Negro é alegria de fé que faz parte do nosso dia a dia. Somos negros! Nosso povo é fruto dessa sociedade. A ela devemos agradecimentos e milhões de pedidos de desculpas. Um povo que apesar das barreiras, da marginalização, da falta de oportunidades, supera cada momento com coragem. Herdamos diversas tradições culturais, sendo elas hoje parte do nosso cotidiano, como músicas e danças, que passam com frequência em nossas Tv's, a exemplo do Axé, do Olodum, entre outros. Aspectos

²¹ Aluno de Geografia do Campus III, matriculado na disciplina Sociedade Afro-brasileira.

E-mail: antonio.santos3@alunos.uneal.edu.br

religiosos também podem ser notados, mesmo passando por represálias ao longo das décadas, tradições religiosas de matriz africana se mantiveram vivas. Porém, muitos casos adaptaram-se à religião dominante no país, o catolicismo. Uso como exemplo os adoradores de Iemanjá, rito “associado” a uma santa católica para poder se manter viva, sem perseguições.

Hoje podemos notar o quanto esse povo foi fundamental para nossa formação como país e como sociedade. Aproveito o ensejo para deixar meu repúdio às ações que foram e continuam sendo tomadas com essas pessoas. Cor define. Define luta, define sofrimento, define respeito, mas não define diferença. Devemos respeito a um povo que se sacrificou e se sacrifica para sobreviver, devemos desculpas porque minha cor me favoreceu em muitos momentos.

Em virtude dos fatos mencionados, devemos travar uma batalha contra o racismo enraizado em uma sociedade “contemporânea, entretanto, antiquada” em que estamos inseridos, lutar com o preconceito racial existente dentro de cada um de nós, incutido em nossa mente, desde a nossa formação como ser, estruturada em conceitos “tradicionais” e preconceitos que devem acabar com o esforço do povo consciente. Sensibilização sem luta é a mesma coisa de teoria sem prática!

A EXCLUSÃO RELIGIOSA DO NEGRO

Carollayne Lopes do Nascimento²²

O tema, o qual vou discorrer, me despertou uma mútua curiosidade e interesse durante as aulas, que me permitiram buscar entender e conhecer a religiosidade africana e como se deu essa prática religiosa no Brasil, bem como entender o fato predominante do Credo Católico no Brasil e sua influência na exclusão religiosa do negro, tendo em vista a negação de condições mínimas de vida, quando até sua liberdade religiosa lhe foi tirada. Esses resquícios se estendem na sociedade até a contemporaneidade de forma significativa.

Este relato é uma contribuição para que essa temática, pouco discutida em sala de aula, tenha maior visibilidade e possa ser trabalhada com um olhar mais amplo e significativo, abordando conteúdos que fazem parte do cotidiano, através de discussões e troca de experiência, já que ela apresenta um vasto campo de estudo. Assim, poderá despertar no leitor o senso crítico sobre esses retrocessos discriminatórios persistentes em nossa sociedade que não foram superados, e que refletem diversos temas polêmicos em nosso dia a dia.

Desse modo, o texto foi fundamentado a partir de

²² Discente do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Campus III, 2021.
E-mail: carollayne@alunos.uneal.edu.br

discussões acerca de várias temáticas sobre o negro no Brasil, abordadas durante o semestre (2020.2) no período pandêmico de forma *online*. É pertinente destacar que nas aulas foram expostos conteúdos e pontos de vista, além de bibliografias e dados colhidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de relatos de convidados que vivenciam tal contexto e que serviram também de embasamento.

O negro ao chegar ao Brasil sofreu com a falta de condições de vida, pois tudo lhes tiraram, desde a família, a dignidade e o direito de expressar sua religiosidade dentre outros. Ele sofreu o processo de exclusão religiosa, pois o credo predominante no território brasileiro era o Católico. Nesse contexto ocorria a catequização indígena por se tratar de um número maior de habitantes que ali residia somando um número maior de fiéis. Os negros foram trazidos em grupos relativamente pequenos de diferentes regiões da África para fins lucrativos, para ocupar postos de trabalho nos canaviais, por isso não lhes eram permitido a catequização, já que seu destino foi a escravidão que se sucedeu de maus tratos como forma de punição.

Ao manifestar seu credo religioso que trazia seus rituais, a música, a dança, além das oferendas aos seus orixás, eles chamavam a atenção e por isso eram denunciados e logo eram reprimidos. Essas ações apoiadas pelas leis que permitiam acabar com as práticas religiosas dos mesmos, resultando na destruição de seus espaços (terreiro), impossibilitando seus cultos. Diante de toda opressão não abriram mão de sua religiosidade passando a cultuar seus orixás através dos santos da Igreja Católica, na

qual eram obrigados a participar dos ritos pelo senhor de engenho, dando início ao sincretismo religioso. Essa práticas perduram até hoje e nem a Igreja com toda sua hegemonia e influência pôde conter, resultando numa religiosidade popular, onde adaptações foram sendo feitas e passadas de gerações para gerações como herança cultural.

Portanto, a religião africana é difundida, mas não é reconhecida como deveria ser e isso contribui para as questões de intolerância religiosa que é muito recorrente. Essas são praticadas de diferentes formas que na maioria das vezes são camufladas, mas geram uma invasão e depredação dos seus espaços sagrados, o que contribuem de certa forma para os índices baixos de autodeclarados de religião de matriz africana nas pesquisas feitas pelo IBGE, quando na realidade a maioria se declara católico para não sofrer com a discriminação.

O preconceito oriundo da falta de conhecimento ao culto afro, quando demonizaram as práticas religiosas africanas, foi difundido pelo Credo Católico. Esse fato impediu muitas vezes de se conhecer a realidade de outras crenças, ignorando rituais, sacrifícios e até sem perceber as semelhanças e diferenças que possam existir entre elas.

Desse modo, é perceptível como a sociedade em pleno séc. XXI ainda está arraigada ao preconceito e a intolerância, mesmo tendo leis que permitam a liberdade de expressão religiosa dos diversos credos, alegando ser um país laico. Observamos que há, na verdade, uma camuflagem através de falsas ideologias, advindas muitas vezes de pessoas que têm conhecimento do processo de

exclusão sofrido pelo negro, mas que não aceitam que suas percepções são preconceituosas.

Como Milton Santos (2000, pág.1) ressalta, são “500 anos de culpa, 1 ano de desculpa”, que não é o suficiente para apagar tudo que eles sofreram e ainda sofrem. É importante destacar a importância que o negro teve na construção da nossa sociedade a partir de sua cultura, uma delas a religiosidade. De fato, faz-se necessário levar esse tema para as discussões em sala de aula para que os alunos conheçam essa diversidade religiosa que há em nosso lugar, muitas vezes dentro da nossa própria religião, por exemplo o próprio Catolicismo, mas que na verdade a origem e os significados de alguns símbolos e costumes é oculto aos nossos olhos pela falta de conhecimento e curiosidade.

REFERÊNCIAS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População residente, por religião-autodeclarados. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/137#>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MACEDO, Emiliano Unzer. Religiosidade popular brasileira colonial: um retrato sincrético. **Revista Àgora**, Vitória, n.7, pág. 2-20, 2008.

SANTOS, Milton. **Ser negro no Brasil hoje**. Folha de S. Paulo, SP, 2000.

MULHER NEGRA NAS MÍDIAS SOCIAIS: IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

Ana Beatriz Pereira de Oliveira²³

Considerações iniciais

A representação da negritude na história do nosso país por muitos anos, através do ideário colonizador, naturalizou a construção de imaginários sociais totalmente avessos sobre os povos negros, estes que vieram para o território brasileiro de maneira imposta, contribuindo assim para a formação do povo que nós somos. Nessa construção colonial, a mulher foi descentralizada dos espaços em destaques, ficando à margem do homem na sociedade. Deparamo-nos então com o racismo e sexismo, induzindo o lugar da mulher a posições subalternas, sendo uma herança do colonialismo.

Notadamente, esses lugares no passado giravam em torno de atividades braçais, como, por exemplo, arrumadeira, cozinheira, ama de leite, entre outras que foram exercidas até mesmo no pós-abolição, devido a não inclusão de pessoas negras no mercado de trabalho, acarretando na desigualdade social que segue até os dias atuais. Observamos atualmente que esses espaços de trabalho, que são de muita importância, não são ocupados

²³ Acadêmica de Licenciatura em Geografia – Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL/*Campus III*.

E-mail: ana.oliveira2@alunos.uneal.edu.br.

somente por mulheres, sejam negras ou não. Porém é só a partir do século XXI que com frequência visualizamos a mulher preta em destaque no âmbito do trabalho.

No século XX, houve registros de alguns movimentos de luta dos negros e também feministas que podem ser consultados com facilidade na *web*. Estes trazem à tona outros ideais de valorização das classes, além de novas referências bibliográficas empenhadas em disseminar outros conteúdos, fazendo crítica aos que já estavam consolidados. Nesse sentido, vale destacar que a representação das relações de miscigenação em alguns pontos fora direcionada ao afetivo, quando aconteciam de modo forçado entre brancos, negros e índios, formando a sociedade que nós conhecemos. Nesse contexto, encontramos com facilidade autoras e autores negros, que nos direcionam a narrativas com um olhar de desconstrução para o que foi ecoado do período colonial.

Com a chegada da globalização a partir da segunda metade do século XX e as novas ferramentas tecnológicas, resultou em décadas posteriores na democratização da mídia. Dito isso, observa-se que logo foi acontecendo a ampliação do uso da *internet* permitindo assim que narrativas audiovisuais pudessem ser disseminadas, mesmo que de um modo geral os conteúdos de entretenimento tivessem pontos racistas e sexistas, que nem sempre eram notados pelo público. Com o crescimento de movimentos contra o racismo e feministas, essa mudança na mídia tem ocorrido. Faz-se necessário a mudança em abordagens que direcionam a um detrimento da imagem. Se fere ao outro e a sua moral, não pode jamais ser posto como

entretenimento, principalmente dado o contexto histórico de lutas desses movimentos.

O movimento feminista passou a ser crescente no Brasil, tendo várias classes ou grupos apoiadores, porém, diante do patriarcado capitalista existem controvérsias no que se refere a centralidade do movimento, não podemos colocar que a luta da mulher branca é igual a da negra. Sabemos que os espaços dessas mulheres, ao longo dos anos, foram constituídos de maneira diferente. Quando pontuamos sobre o capitalismo, direcionamos aos mercados que, no âmbito do *marketing*, centralizava rostos brancos e na oferta dos produtos igualmente há uma década notamos algumas mudanças nessas identidades, abrangendo esses espaços.

Os questionamentos, apontados por diversas vezes, são apagados das discussões escolares com a Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, estabelecendo a inclusão de “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo de ensino. A abordagem sobre os povos negros foi sendo aplicada ainda que de forma lenta e muitas vezes com uma narrativa colonial. É imprescindível que essa história não fique somente no passado, mas que leve, para o cotidiano escolar, vivências contemporâneas de atores sociais que desconstroem pensamentos retrógrados. Pensar nisso por meio da mídia nos direcionamos a uma amplitude voltada para o público adolescente e jovem.

Mulher Negra e a Sociedade

A mulher negra vive uma realidade diferente da mulher branca. Dado esse fato a representação através da visão eurocêntrica emergiu para diferenças nos padrões estéticos, religiosos, culturais e etc., na formação social do país. Como cita a escritora e ativista negra Sueli Carneiro (1995, p. 547), “É verdadeiro que as mulheres negras são socialmente desvalorizadas, em todos os níveis inclusive esteticamente como é verdadeiro também que as mulheres brancas constituem o ideal estético feminino em nossa sociedade”. Neste contexto, a educação possui um papel de relevância na desconstrução desse discurso enraizado, ou seja, a presença de mulheres negras, por exemplo, no espaço acadêmico altera aos poucos os postos no mercado de trabalho.

Com as mudanças nas comunicações, sendo a *internet* o princípio dessa nova vertente, há mais de uma década, observa-se que sem a abertura para protagonismo nas redes de televisão as plataformas digitais se tornaram uma rede de informações ampla, fazendo com que usuários compartilhem suas vivências, e as mulheres negras, por não encontrarem muitas vezes seus rostos e corpos nas mídias, adotam o uso dessas plataformas. Desse modo, para Hall (2003, p. 180) “As pessoas que trabalham na mídia produzem, reproduzem e transformam o próprio campo da representação ideológica”. Por isso, mulheres negras entram nesse espaço alterando um padrão já conhecido, fazendo seu próprio protagonismo. Essa inserção é

importante pois parte de uma ideologia que busca reprodução e apoio.

Escrever, para essa mulher, se torna um ato político. Ela não se volta apenas num único conteúdo simplista da mesmice. Suas ações são reproduções de representatividade, identidade e empoderamento em busca de um novo anseio para desmistificar o que foi socialmente construído. Para além disso, compartilham de concepções com referências para a comunidade que não tenha acesso a conteúdo do meio acadêmico, ou falta de interesse. Esso posto, transversalmente, a afirmação social da negritude vai sendo reescrita de um novo modo, com o auxílio da ferramenta do século, a *internet*.

Vivemos em uma sociedade onde está sendo normalizado as impressões das redes sociais como parâmetro de vida, o que está na moda, o que estão assistindo, quais os produtos do momento. Assim, podemos ir em direção a uma ideia frustrada de que para viver bem precisa ser igual ao que está na tela do *smartphone*. Como mulher, afirmo que me via pouco representada nesse espaço há uns anos, mas passei a reparar que eu não estava filtrando os conteúdos que fossem semelhantes ao meu perfil e ao que eu acredito, pensando em utilizar o tempo destinado às redes sociais de modo construtivo.

Pensando nessa ideia de representação, passei a buscar os argumentos de mulheres empoderadas independentemente da cor e logo em seguida mulheres pretas. No âmbito do mercado capitalista tão expresso em nosso dia a dia, direcionei as leituras com dicas de produtos para a pele semelhante à minha e que os tons de coloração

usados em maquiagens tivessem essa assimilação. De modo social, as buscas foram filtradas em mulheres que falassem de assuntos comentados na mídia, não somente voltados ao entretenimento por querer ler e ouvir pensamentos de senso crítico. Diante do que se passa na sociedade, pude encontrar, em narrativas de mulheres negras, tais conteúdos, não que outras mulheres não as possuíssem.

Foi necessário desnudar o que me foi imposto como ideal. Os algoritmos na *internet* nos levam a buscar um padrão de conteúdo embranquecido, e precisamos falar disso, nos questionar o motivo, sendo necessário por vezes colocar nos mecanismos de busca as similitudes pessoais, para que encontremos uma identidade. As narrativas audiovisuais que encontrei na busca por mulheres negras fizeram reconhecer alguns enredos, perceber mais do racismo institucionalizado que temos nos ambientes sociais, estar por dentro de políticas voltadas para a questão, além das educacionais, buscar referências de autoras negras, reconhecer privilégios brancos e alguns que possuem mesmo não tendo pele clara.

No campo religioso, aquelas que pertencem às religiões de matriz africana compartilham com simplicidade os elementos que compõem as características dessas religiões e a historicidade carregada com a ancestralidade dos povos negros. Isso deveria ser de conhecimento da sociedade sem pré-conceitos. As bandeiras das pautas negras são extremamente necessárias para combater a discriminação racial e de gênero, o ativismo no espaço cibernético ultrapassa os espaços

geográficos promovendo essas ações, falas sobre o mercado de trabalho, relacionamentos inter-raciais, afetividade da mulher negra, intolerância religiosa, autocuidado e similitudes são alguns dos pontos que encontramos ao seguir e vivenciar as narrativas de mulheres negras.

Elas estão nas plataformas digitais *Youtube*, *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*. Dessas quatro citadas pelo menos de duas a maioria da população faz uso. Para além do entretenimento, podemos no âmbito educacional projetar abordagens voltadas para o conteúdo virtual. Com isso, se estamos diante de uma era tecnológica, onde a maioria dos jovens passam mais horas do que o devido passeando entre as redes da *internet*, há uma necessidade de que filtrem conteúdos para o enriquecimento pessoal e intelectual. Os dispositivos eletrônicos podem e devem ser utilizados como objeto de pesquisa, até em rede social, que tal falar da herança africana em uma história afro-brasileira num espaço vivido de mulheres negras.

Dessa forma, é necessário compreender as lutas feministas que nos direcionam para uma sociedade menos patriarcal, e com a mulher negra a história da negritude é ressignificada. Para a autora Djamilia Ribeiro, em sua obra *Pequeno Manual Antirracista* (2019, p. 65), “é danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram”. Façamos debates entre passado e presente por uma vertente decolonial, colocando perspectivas contemporâneas em pauta, utilizando autoras como, além da supracitada, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Angela Davis, Chimamanda Adichie,

dentre outras, que podemos consultar com facilidade textos e obras na *internet*.

Considerações finais

Pensar em um projeto na escola, numa roda de conversa, em apresentações que possam ser trabalhados tais pensamentos, analisar o que há de geográfico nas narrativas, usar a interdisciplinaridade para compor as atividades, associando ao ensino, objetivando a disseminação desse conteúdo no espaço escolar, na busca por uma sociedade igualitária, em cor, raça e gênero. Em vista disso, a mulher negra resiste nas mídias sociais com suas narrativas, empoderando-se de discursos com propriedade de fala na busca de que seja interpretada e de que tais conteúdos exercidos no dia a dia da sociedade brasileira. Precisamos ser críticos diante das pautas na sociedade, conhecer nossa história e as discussões dos movimentos de luta. Isso é imprescindível enquanto educadores para os educandos.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

A OBJETIFICAÇÃO DA MULHER PRETA NO BRASIL

Daniela Alice Teixeira de Araújo ²⁴

Durante as aulas de Geografia Afro – Brasileira, ministradas pela professora Ana Cristina de Lima Moreira, no semestre 2020.2, passei a relacionar alguns acontecimentos presenciados no cotidiano com o conteúdo e isso me motivou a escrever sobre a objetificação da mulher preta no Brasil.

Para compreender a atual realidade da mulher preta no nosso país, é preciso voltar no tempo e entender em que condições suas ancestrais chegaram aqui. Elas foram arrancadas de sua terra, ou seja, do continente africano que apresenta uma vasta extensão territorial e concomitantemente possui uma cultura rica e muito diversificada. Em consequência das variedades étnicas que traziam consigo, diversos dialetos, religiões e organizações sociais, ao chegarem aqui, se depararam com outra realidade, pois, quando foram para as fazendas, passaram a enfrentar um regime escravista marcado por abusos físicos, psicológicos e sexuais.

Mesmo com o fim desse regime, aquelas, que outrora foram escravas, ficaram sem assistência e não passaram por um processo de inserção social. Nesse

²⁴ Aluna matriculada no curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Alagoas.

E-mail: danielaaraujo@alunos.uneal.edu

sentido, foram colocadas em condição de miserabilidade e exclusão e continuaram sendo objetificadas até os dias atuais.

Nesse contexto, trata-se de uma situação em que essas mulheres ainda são vistas como objetos que podem atender às necessidades momentâneas, quer seja no mercado de trabalho ou na sociedade. Isso é visível na mídia, na publicidade, nos filmes, nas revistas e no entretenimento no geral. Nas novelas, por exemplo, foi comum, durante muito tempo, que as atrizes pretas dessem vida a personagens que eram empregadas domésticas, amantes, dançarinas ou escravas. Dito isso, cabe destacar que o surgimento de personagens pretas com destaque significativo nas tramas é recente.

É importante dizer que independente da cor, nós mulheres temos travado uma luta contra a sociedade machista, na qual estamos inseridas, e temos resistido contra os danos físicos, psicológicos e sexuais que são frutos de assédio, de violência doméstica, de estupro e de terríveis casos de feminicídio. Mas no caso da mulher preta, a situação se agrava e, se ela for pobre, a impunidade e o descaso certamente estarão presentes.

Isso ocorre porque além de machismo histórico, a nossa sociedade também é racista. Como mulher e estudante, acredito que a única forma de reverter essa situação seja através da inserção de disciplinas que abordem esses e outros temas significativos, ainda no Ensino Fundamental, para que seja iniciado um processo de desconstrução.

Assim, teríamos a possibilidade de um futuro digno, o qual as mulheres brasileiras, principalmente as pretas, alcançassem notoriedade não apenas pelo seu corpo ou pelas tarefas do lar, mas pela sua capacidade de realização e de crescimento além das lutas travadas para conquistar seu espaço em meio a uma história de dor, sacrifício e resistência.

Por fim, gostaria de expressar minha alegria em participar desse trabalho e o meu desejo de que a divulgação do mesmo possa gerar nos leitores a vontade de conhecer e de entender melhor sobre esse tema tão delicado que é de extrema importância para a nossa sociedade. Isso porque carrega consigo informações que contribuem para a promoção de mudanças a fim de gerar impacto positivo nas próximas gerações.

APRENDENDO COM A CAPOEIRA

Beatriz Albuquerque de Oliveira²⁵

Faces da Capoeira

Durante o período colonial, Séc. XVI, os escravos praticavam danças provenientes de sua cultura. Essas, geralmente eram organizadas em rodas, como: a nega da costa, a coco de roda, o samba de roda e a capoeira. A arte da capoeira surge como uma forma do negro escravo se defender de seus senhores e feitores, sendo praticada às escondidas no meio do mato ou na senzala, pois não era permitido a **vadiagem**²⁶ do negro.

Com a lei Áurea de 1888, a escravidão foi abolida oficialmente no Brasil. Diante desse fato, a população negra, que vivia nas fazendas, precisou sair e arrumar sua moradia, sustento por conta própria e emprego para negros. Porém, parte dessa população se rebelou e se tornou espécie de marginais, ladrões e baderneiros usando a capoeira para conseguir tais feitos. Assim, conforme o Artigo 402, do Código Penal de 1890, no Brasil, a capoeira

²⁵ Aluna matriculada na Disciplina Geografia Afro-brasileira, Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, *Campus* III-Curso de Geografia – E-mail: beatriz.oliveira@alunos.uneal.edu.br

²⁶ Vadiagem: termo utilizado para no contexto do código penal brasileiro, mais especificamente no âmbito da lei de contravenções penais de 1942, a vadiagem configurava crime de quem "habitualmente à ociosidade.

passou a ser considerada crime, podendo ser o capoeirista penalizado com trabalho forçado e prisão.

Segundo Mestre Camisa /grupo ABADÁ Capoeira (TV Brasil, 2016)

Tradicionalmente a capoeira era praticada em três estados do Brasil: Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. No Rio de Janeiro as Maltas, a capoeiragem carioca fora perseguida e exterminada. Em Pernambuco ela foi transformada no tradicional frevo de Recife, já na Bahia, ocorreu a camuflagem da capoeira através da musicalidade e da dança, essa que era praticada ao som do instrumento tradicional da capoeira, o berimbau. E assim a capoeira conseguiu se espalhar pelo Brasil.

Diante da situação, a Capoeira passou por diversas concepções. De acordo com Mestre Camisa, em 1930, com o governo de Getúlio Vargas, a capoeira foi considerada uma espécie de ginástica. Em 1972, foi popularizada pela figura de Manuel dos Reis Machado (Mestre Bimba), o criador da modalidade de capoeira regional, passando a ser considerada um esporte. Depois Mestre Pastinha reformulou a modalidade capoeira Angola, ou jogo de baixo. Neste século, em 2014, a UNESCO declarou a capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

1.1 A Roda Começa Quando o Berimbau Chama!

A roda de capoeira tem um rito que representa os ciclos da vida, popularmente dita na capoeiragem, a saber: “A volta que o mundo dá” é composta pela bateria: três berimbaus (Gunga, Médio e Viola), um atabaque, dois pandeiros, um reco-reco e um agogô e o cantador, variando a cada grupo, contudo não se pode faltar o berimbau o pandeiro e o cantador. Em forma de roda, o berimbau é afinado e o cantador dá início a ladainha, então os jogadores em duplas, agachados ao pé do berimbau, pede a benção e entra na roda para jogar, podendo mudar os desafiantes de acordo com a hierarquia do grupo.

Sou Afilhada do Grupo Nação Pernambuco em Recife-PE, com o Mestre Welington José da Silva (MESTRE NEGÓ BOY). O Grupo Nação Alagoas de Coité do Nóia- AL, coordenado pelo Contramestre Gedilson dos Santos (CONTRA MESTRE LAGOA), do qual faço parte, é constituído por vinte e dois componentes, incluindo mestre, contra mestre, professor, instrutor e alunos. Tem sua sede no centro do município, chamada Centro de Treinamento Nação (CT NAÇÃO), onde acontecem as aulas e treinos. Lá aprendemos a história, os fundamentos, instrumentação, alongamento, resistência e movimentação.

Uma ou mais vezes ao mês se tem uma apresentação, chamada **Roda na Praça**²⁷. Essas rodas, nas praças das igrejas, são parte da herança cultural dos ancestrais, onde jogavam a capoeira e ao **toque de**

²⁷ Roda na Praça: cultura afro-brasileira de jogar a capoeira nas praças das igrejas.

cavalaria²⁸ os capoeiristas sabiam que era hora de ir embora, visto que a polícia intervinha. Então a capoeira tradicional resolveu preservar essa cultura.

Eu entrei na capoeiragem aos 16 anos pelo Projeto Pró Jovem, por influência Carlos José Barbosa da Silva, um amigo, no ano de 2012. Por muitas noites madrugamos no sítio de casa, eu o via e ouvia cantando e tocando berimbau, até amanhecer o dia. Ainda hoje não sai da minha cabeça uma música específica:

Iaiá você me deixou/Iaiá você foi embora/Muitas vezes eu fiquei sozinho/Te esperando até o romper a hora/Pedi a lua pra te clarear/E o sol pra te luminar/Hoje o vento espalha saudade/Me dando a esperança de você voltar/Sou capoeira guerreiro valente/Veio a tristeza e me derrubou/Só em saber que você foi embora/Eu fiquei na saudade e você não voltou/E você não voltou Iaiá/Mas você não voltou [...] Mestre Barrão (Axé Capoeira).

Eu achava isto tão lindo, o jeito que ele cantava, as poesias, os movimentos que ele conseguia fazer, que resolvi tentar. Passei um tempo treinando. Mas meus pais resolveram me tirar do grupo porque eu era a única menina no meio de cerca de 30 meninos, e porque eles acreditavam ser a capoeira uma coisa para maloqueiro. Eu quase entrei em depressão, ficava ouvindo as ladainhas, ouvia Carlinhos tocar e treinava escondida na escola. Voltei a treinar com

²⁸ Toque de Cavalaria: toque de berimbau ou ritmo específico para informar a chegada da polícia.

meu Contramestre, no grupo em 2019. Continuo sendo a única mulher, consigo me posicionar e continuar mesmo assim, convidando outras mulheres a conhecer a magia da capoeira.

Mesmo neste século, ainda existe preconceito quer seja por ser mulher ou por questões religiosas em representar os ancestrais que criaram a capoeira, embora capoeira não seja somente um rito, mas um esporte o qual configura a liberdade. Assim, qualquer pessoa é apta para jogar. Posso testemunhar que a capoeira me salvou de crises de ansiedade, bem como me levou a conhecer muitas pessoas de vários estados do Brasil, me ensinou sobre respeito, superação dos próprios limites e o não das outras pessoas. A capoeira também me educou para evitar brigas, nas quais eu frequentemente me colocava.

Não obstante, a capoeira também ensinou a me impor como mulher. Ensinou-me que eu não seria menos que ninguém por ser mulher e com isso fui muito incentivada pelo meu contramestre a sempre enfrentar os desafios, melhorar sempre e que ninguém tiraria os meus méritos. Um dos ensinamentos mais importantes foi a importância de cuidar dos meus pais e que na vida nem sempre é só vitórias ou só derrotas. No entanto, vivemos em um meio termo, hora estamos no auge e hora podemos não estar bem, chamamos isso de “a volta do mundo”. Dito isso, posso afirmar que a capoeira trouxe de volta à ativa pessoas que mal podiam andar. A capoterapia trata da ansiedade e transforma realidades

A capoeira deve ser inserida nas escolas como um esporte e como um meio educativo de inclusão social, para evitar distinção de raça, etnia, gênero e de classe social.

Para melhor ilustrar o trabalho, utilizei entrevistas com o intuito de saber sobre a escolha da capoeira, dentre os esportes. Os motivos da escolha pela capoeira foram: por seus benefícios para a saúde do corpo e da mente, por sua história e cultura, bem como as boas amizades que são construídas. Sobre a capoeira Carlos José da Silva relata:

Tudo tem a ver com a minha a vontade de aprender artes marciais. O Contra Mestre Lagoa me convidou a participar do treino, disse que eu tinha um porte físico para capoeira e tal, e eu resolvi ter essa experiência, né? Eu queria aprender a lutar, me defender, mas depois disso a minha ideia mudou porque minha mente passou a se abrir mais para o que era a capoeira. Então a capoeira passou a ser além de uma arte, que eu praticava para aprender para me defender e a cuidar da minha saúde. Para uma filosofia de vida mudou meu estilo de vida, o meu caráter. Comecei a treinar como um estilo de vida, um meio de socializar com as pessoas, um meio de ser reconhecido. Então os motivos se acabam que se tornaram diferentes, se tornou algo muito mais significativo para mim mais importante, está relacionada a filosofia da capoeira e a arte marcial em si, como eu aprendi capoeira com o Lagoa, né? Ele sempre ensinou que a gente aprende a capoeira como forma de diversão, como uma forma de criar boas amizades de crescer como pessoa, então a capoeira passou a significar muito para mim, chegou a mudar boa parte do meu caráter

influenciar a forma como eu vejo as pessoas até mesmo a sociedade.²⁹

A capoeira é como uma grande família que está dividida em diversos lugares, você acaba sendo acolhido onde quer que você vá. A capoeira me trouxe boas amizades, bons ensinamentos na vida pessoal e na convivência com a família, além disso a minha saúde melhorou muito. Para se entender melhor a importância da Capoeira e o bem que ela faz e pode fazer as pessoas, foi entrevistado Gedeilson dos Santos (Contra Mestre Lagoa), Contramestre do grupo Nação Alagoas, do qual sou integrante. Na ocasião foi feita a mesma pergunta e ele respondeu:

Não escolhi fazer capoeira, a capoeira quem me escolheu; vivo na capoeiragem há 26 anos. Eu vi na rua os moleques jogando e me encantei com os movimentos, eu os via entortarem o corpo todinho e queria fazer igual. A capoeira me proporcionou maiores cuidados com meu corpo, minha saúde melhorou muito, física e mentalmente, a capoeira é uma terapia, com ela eu aprendi a ter disciplina aprendi a ganhar e perder, a respeitar os mais velhos, as hierarquias, conquistei muitas amizades pelo Brasil nas minhas viagens, o meu grupo é uma segunda família para mim, a musicalidade as mensagens passadas a cada ladainha ou a cada corrido. O tempo passou e tudo que eu aprendi eu transmito para os meus alunos, dou

²⁹ Carlos José Barbosa da Silva, em Entrevista via whats app realizada em 20 de dezembro de 2020.

conselhos, bronca quando precisa, ensino a jogar a capoeira no CT em vez de arrumar briga na rua, ou a fazer besteira por aí, cobro respeito aos mais velhos e principalmente aos pais. A capoeira ela educa, as vezes sem perceber mesmo, mas educa, o que eu falar é pouco para descrever a capoeira, é arte, luta, dança, é jogo, é paixão, é poesia, é a história de um povo que resistiu a uma vida de sofrimentos, é a herança de um povo forte, é minha paixão.³⁰

A capoeira é uma arte brasileira, na qual se tem um conjunto de luta, dança, brincadeira, musicalidade, filosofia e história. Seus movimentos capacitam o corpo para as adversidades do cotidiano, melhoram os reflexos, dão leveza ao corpo e fazem uma terapia com a mente, promovendo a paz interior, como uma espécie de meditação e suas ladainhas fazem refletir sobre momentos bons e ruins.

Considerações finais

Ela em sua totalidade a capoeira é uma filosofia que prega o respeito, a amizade, o amor ao próximo, ensina a lidar com os altos e baixos da vida, a saber ganhar e saber perder. É o lugar onde todo mundo é igual seja mulher, homem, LGBTQI+, jovem ou idoso, religioso ou não. Lá se aprende a respeitar as hierarquias em todos os seus graus,

³⁰ Gedeilson dos Santos Contra Mestre Lagoa, do Grupo Nação Alagoas em Entrevista via ligação telefônica realizada em 19 de dezembro de 2020.

seja pela idade ou experiência, dentro e fora da capoeira. Esses são motivos que devem fazer parte da formação do ser humano desde sua infância até o fim de seus dias, portanto a capoeira deve fazer parte da educação nas escolas.

REFERÊNCIAS:

MARQUES, João Paulo. Capoeira. **Todo estudo.**

Disponível em:

[http://www.todoestudo.com.br/educacafisica/capoeira.](http://www.todoestudo.com.br/educacafisica/capoeira)

acesso em 21 de dezembro de 2020.

Mestre Camisa /grupo ABADÁ Capoeira. 2016, **Matéria do Canal TV BRASIL do Programa Expedições:** Disponível em: MESTRE CAMISA FALA UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DA CAPOEIRA, acesso em 03 de agosto de 2021.

A CONTRIBUIÇÃO DO NEGRO NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Adre de Lima Santos³²

Há no Brasil, desde a abolição da escravatura ou antes mesmo desse fato, a tentativa de ocultar a influência do negro na formação da sociedade brasileira. Uma tentativa supérflua se considerarmos a demasiada contribuição dos africanos no arcabouço econômico, sociocultural e religioso do nosso país. Diante dessa realidade, faz-se necessário reescrever o percurso do escravo africano em nossa terra, enfatizando a sua importância na formação do Brasil, a fim de resgatar e reformular a história do negro em nosso território. É justamente esse o objetivo deste relato: ressignificar o papel do negro e dar a ele seu devido valor. As aulas de Geografia Afro-Brasileira e a leitura dos textos base dessa disciplina, assim como de textos complementares, me motivaram a escrever este relato e foram o suporte desta explicação.

Os negros foram trazidos da África à força para uma terra distante e desconhecida. Atravessaram o Atlântico numa viagem cruel e sangrenta, em condições desumanas, acorrentados nos porões escuros dos navios negreiros. A verdade é que, não eram considerados seres humanos por parte de alguns, talvez um animal de carga ou uma máquina,

³² Estudante da disciplina Geografia Afro-Brasileira do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, semestre 2021.1. E-mail: adre@alunos.uneal.edu.br

ou simplesmente uma mercadoria. A humilhação começava ali, ainda em suas terras. Eles não imaginavam o que os esperavam!

Não podemos negar que a trajetória do negro no Brasil é marcada por dor e sofrimento. No entanto, é importante salientar que ela não se resume a isso. Aqui ele não foi apenas um mero escravo que realizava tarefas domésticas na casa do senhor de engenho, mas foi, talvez, a principal mão de obra das diversas atividades econômicas que se desenvolveram no território brasileiro a partir do século XVI e que se estenderam até a primeira metade do século XIX. Por isso, é essencial dar ao negro o seu devido valor e reconhecê-lo como “bem feitor” da sociedade brasileira. É sobre isto que irei tratar, da importância do negro na formação da economia do Brasil.

Após serem capturados ou comprados, na costa oeste da África, os negros eram trazidos ao Brasil e a outros países da América. Os que sobreviviam à longa e sombria viagem, ao chegar em solo brasileiro, eram vendidos aos senhores de engenho e passavam a trabalhar nas fazendas e nos campos, não como servos, mas como escravos. Eram considerados “máquinas vivas”, dotados de grande força e resistência. De fato, o negro era forte e, mesmo diante das atrocidades que sofria, dos açoites e bofetadas, jamais se rendeu ou aceitou aquela realidade, mas resistiu e lutou pela sua liberdade. E hoje, continua lutando e reivindicando seus direitos. Direitos esses que foram negados desde que ele chegou nesta terra.

Trabalhou nos canaviais e na produção do açúcar. Estava presente desde a preparação do campo para o plantio

até as atividades nos engenhos e alambiques. Plantava, limpava, cultivava, cortava e moía a cana-de-açúcar. O negro se fazia presente em todas as etapas da produção. Era ele o responsável por executar praticamente todas as tarefas necessárias para se obter o mais nobre e ilustre produto que o engenho produzia: o açúcar. Se há alguém que deveria ser aclamado pelo êxito da produção de açúcar no Brasil entre os séculos XVI e XVIII, esse alguém é o negro. Junto a tração animal, a mão de obra escrava constituiu a força motriz do Ciclo do Açúcar. Vale ressaltar ainda que era o escravo africano que cultivava os alimentos que abasteciam a casa grande e toda a fazenda.

A descoberta do ouro na região de Minas Gerais fez com que grande quantidade de escravos fosse mobilizada para trabalhar na extração desse metal precioso. Nesse momento o africano não participa somente do desenvolvimento de mais uma atividade econômica, mas também do processo de expansão territorial do Brasil. Expansão essa que tinha como finalidade a busca por riquezas naturais e minerais que pudessem ser exploradas. No Ciclo do Ouro, o negro fez uso de seus conhecimentos e habilidades para escavar os túneis que compunham as minas. Todavia, o trabalho escravo na região das minas não ficou restrito somente à extração do ouro, pois os escravos realizavam também outras atividades ligadas ao transporte do minério, ao comércio e à construção de pontes, ruas e edifícios. Coube ao negro construir a estrutura necessário para que a mineração se tornasse a atividade mais vantajosa da época.

Com a decadência do Ciclo do Açúcar e com a atividade mineradora exaurida, era urgente a busca por uma nova fonte econômica. Para suprir essa necessidade, iniciava no século XIX o Ciclo do Café. A empresa cafeeira era organizada com base no trabalho escravo. Nela o negro trabalhou de forma intensiva, como ocorrera nos engenhos de açúcar. Nos cafezais, o trabalho do escravo era limpar o terreno, plantar e colher. Após a colheita, ele colocava o café para secar ao sol e quando os grãos já se encontravam secos, eram descascados, ensacados e conduzidos aos portos de embarque. Praticamente todas as tarefas pertinentes à produção do café eram realizadas pelo escravo que, durante décadas, foi a principal mão de obra nas fazendas dos “barões do café”.

O negro participou de todos os ciclos da nossa economia. Foi por muito tempo o tripé da produção econômica, a mão de obra eficaz das atividades desenvolvidas em nossas terras. Ele ainda não goza do reconhecimento que merece, nem é valorizado por tamanha contribuição. Infelizmente, até hoje estão submetidos a serem a mão de obra responsável pelos trabalhos mais exploratórios oferecidos pelo mercado. Seja realizando tarefas domésticas nas casas de família, ou trabalhando como operário na construção civil ou nas indústrias. É necessário reconhecer que o papel do negro é fundamental na sociedade. Mesmo tendo percorrido um caminho doloroso, ele é sinônimo de alegria e fé, de resistência, bravura e liberdade.

É importante destacar que os processos econômicos do Brasil colonial e imperial marcaram a história do nosso país. Não se pode negar a importância do negro na economia brasileira, uma história que começou no século XVI, mas que se estende até os dias atuais. O escravo ora era mão de obra, ora era a própria máquina produtiva das atividades agrícolas que aqui se firmaram. Hoje, mesmo sendo livre e tendo, teoricamente, os mesmos direitos que os brancos ou qualquer outra pessoa, não vemos muitos negros ocupando cargos bem vistos socialmente. Porém, os serviços que são por eles prestados são essenciais e indispensáveis quando analisamos a atual conjuntura da nossa economia.

Apesar de não serem historicamente reconhecidos, a participação do negro na construção do nosso território é visível e valiosa. Quando adentramos fundo na história do nosso país, quando buscamos entender como se deu a formação do Brasil em todos os seus aspectos, constatamos o que já deveríamos saber: o negro foi a base dos arranjos econômicos e socioculturais que aqui se consolidaram. Ele nunca foi reconhecido como peça chave do desenvolvimento do nosso território, mas as ações que favoreceram esse desenvolvimento, com certeza, contaram com sua participação, não como um coadjuvante, mas como sujeito ativo e ator principal da verdadeira história da formação econômica e sociocultural do Brasil.

O NEGRO E A ECONOMIA BRASILEIRA

Ricardo Ferreira da Silva³³

O objetivo deste relato é levar a conhecimento dos meios acadêmicos, das escolas e da população em geral a real importância do negro para a formação econômica do Brasil, assim como, mostrar algumas das principais atividades às quais os negros foram submetidos durante o período de escravidão, desmistificando a ideia de que os negros só trabalhavam nos engenhos e na mineração.

Para que fosse possível o desenvolvimento deste relato, foi necessário fazer a pesquisa e leitura de textos, assim como, a essência principal deste, que foram os conhecimentos adquiridos durante os debates sobre o assunto realizado durante as aulas. Foram esses debates, aliás, que me provocou sobre essa temática.

A disciplina de Geografia Afro-brasileira me permitiu abrir os olhos quanto a presença dos povos de origem africana no Brasil, fazendo uma análise de toda sua história até a atualidade, evidenciando o estado de desigualdade e preconceito que uma das vertentes mais importantes para a constituição da população brasileira sofreu e sofre até os dias atuais. Através da disciplina pude perceber o quão extenso é esse campo de estudo, o quanto

³³ Graduando do 9º período do curso de Geografia na Universidade Estadual de Alagoas, UNEAL, campus III, Palmeira dos Índios, AL, BR. E-mail: ricardo.fsilvasilva00@gmail.com

se sabe e ao mesmo tempo o quanto se perdeu a respeito da história desse povo, o mais imponte para o Brasil. Dentro desse campo de estudo tão amplo me chamou atenção um ponto específico: as contribuições do negro para a economia brasileira. A mão de obra escrava africana durante mais de 300 anos de escravidão sustentou e possibilitou o desenvolvimento de atividades que foram muito importantes para o crescimento econômico brasileiro.

O tráfico de escravos da África para o Brasil, alavancado principalmente por conta da produção de cana de açúcar no século XVI, fez com que milhares de africanos fossem capturados, principalmente na África negra ou subsaariana. Os mesmos eram embarcados nos tumbeiros, como eram conhecidos os navios negreiros e seguiam em viagem para então colônia de Portugal.

Quando o ponto de partida da África era em Angola a viagem durava de 35 a 50 dias, dependendo do destino final aqui no Brasil. Para Pernambuco a viagem durava aproximadamente 35 dias, para Bahia 40 dias e para o Rio de Janeiro 50 dias, caso as condições favorecessem a viagem. Aqui chegados os escravos eram comercializados como verdadeiras mercadorias. Dessa forma, o tráfico de escravos também teve significativa importância para o desenvolvimento econômico brasileiro. Havia pessoas que viviam apenas do tráfico e comercialização de escravos.

Durante as primeiras décadas de escravidão, o trabalho que mais demandava mão de obra sem dúvida era a produção de cana de açúcar. O trabalho escravo em massa era necessário desde o plantio até a moagem que era feita

nos engenhos. O trabalho escravo não se limitava apenas aos tratos da cana.

Segundo Albuquerque e Filho:

Os escravos eram também obrigados a construir e reparar cercas, cavar fossos, consertar estradas e pontes, prover a casa-grande de lenha, reparar os barcos e os carros de boi, pastorear o gado, cuidar do pomar e das criações dos senhores. Além disso, tinham que providenciar parte do seu próprio alimento caçando, pescando ou cuidando da própria roça (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006, p. 74).

Outra atividade muito importante para a economia brasileira e que teve significativas contribuições do trabalho escravo de origem africana no Brasil foi a mineração de ouro, realizada principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. O trabalho escravo era responsável principalmente por a construção de açudes e represas. As primeiras áreas de mineração foram descobertas no século XVII, mas o auge da exploração se deu no século XVIII.

Desde o princípio da atividade mineradora, escravos africanos foram comercializados em grande número para atender a demanda do ouro: entre 1721 e 1722, já havia nas Minas uma população cativa estimada em 45554 negros, cifra que cresceu para a marca de 95366 em 1745 e alcançou 174 mil em 1786.48 Havia também cativos que tinham sido deslocados das regiões canavieiras. Foram os escravos que represaram e desviaram as águas dos rios, cavaram canais para separar o ouro do

cascalho e construíram “mundéus” — canalizações feitas com blocos de pedra empilhados e rejuntados com argamassa de argila para recolhimento e decantação da lama aurífera (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 99).

Na região das Minas Gerais, formaram-se as pequenas e mais importantes vilas da história do Brasil, a de Nossa Senhora do Carmo, a Vila Rica e a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. O Rio Grande do Sul, nos séculos XVII e XVIII, utilizava mão de obra escrava para os cuidados com o gado e para a produção de charque. Na região Sudeste os mesmos eram utilizados nas grandes fazendas de café.

Mas não era somente na agricultura em que era utilizado o trabalho escravo, nas cidades os escravos de ganho desempenhavam serviços diversos, mas de fundamental importância para o desenvolvimento das cidades. Os homens exerciam trabalhos como, barbeiros, marinheiros, cocheiros, sapateiros, alfaiates, canoeiros e etc., as mulheres trabalhavam como parteiras, bordadeiras, enfermeiras e etc.

Durante o período da escravidão no Brasil, o negro foi um dos pilares que sustentou a economia. Mas o seu trabalho não foi e não pode ser associado apenas às atividades agrícolas, como a produção de cana de açúcar e de café. Atividades mais simples, mas de suma importância para o desenvolvimento das cidades, foram feitas justamente pelos escravos que viviam nos centros urbanos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. Uma História do negro no Brasil. *In*: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Escravos e Escravidão no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília. Fundação Cultural palmares, 2006 p. (63-93).

Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf&ved=2ahUKEwjQgpWTmtvtAhUAELKGHa6-AOUQFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw34Xai8S81S_9P4BNVdhWi-

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murguel. **Brasil: Uma Biografia**. Companhia das Letras, São Paulo, 2015. PDF.

A POPULAÇÃO NEGRA ENCONTROU NA RESISTÊNCIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO A SUA OPORTUNIDADE DE ASCENSÃO E LUTA CONTRA O RACISMO

Jeiciane Maria Santana da Silva³⁴

A abolição trouxe aos escravizados a liberdade. Porém, não garantiu a integração dessa população na sociedade, por meio de oportunidades de desenvolvimento como mercado de trabalho, terra, saúde e educação. Nesse período, os negros tiveram que passar por um processo de reconstrução de sua identidade, principalmente por causa da discriminação e desvalorização sofridas por eles, não só em relação à sua cultura e religião, mas aos seus aspectos físicos.

O acesso da população negra na educação foi sem dúvida dificultado pelo sistema e pelas condições precárias que a população negra vivia. Alguns negros, especialmente os que conseguiram alfabetizar-se, entendiam que a única forma de ascender socialmente e alcançar os direitos almejados seria através da união, organização e educação. Então, nesse contexto, em diferentes partes do país, começaram a ser fundadas associações e entidades com

³⁴ Aluna do curso de licenciatura em Geografia, pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, campus III, Palmeira dos Índios - Alagoas. E-mail: jeiciane@alunos.uneal.edu.br

intuito de resgatar a identidade dos negros, valorizar a cultura e disseminar a instrução.

A Frente Negra Brasileira surgiu em 1931 com o objetivo de promover uma educação também política com o intuito de superar todo o atraso socioeconômico e promover a participação dessa população no cenário político e o debate em torno de assuntos dos seus interesses (BETTINE; SANCHEZ, 2017).

A educação, como já mencionado, sempre foi uma das reivindicações principais desse movimento, a priori pela busca de uma educação básica gratuita e pelas condições de permanência dos alunos negros na escola, e posteriormente pela entrada e permanência na educação de nível superior.

De forma crescente, o Movimento negro voltou-se para as reivindicações e ações de acesso do negro ao ensino superior, através dos cursos Pré-vestibulares para negros e carentes, da criação de universidades negras e do estabelecimento de cotas raciais nas instituições públicas e privadas de ensino superior (BETTINE; SANCHEZ, 2017, p. 103).

A luta contra o racismo foi atrelada à pauta da educação porque o movimento negro entendia que, se o sistema de ensino do país fosse alterado, construiríamos uma sociedade antirracista. Isso porque a escola carrega a responsabilidade de preparar seus alunos para se tornarem cidadãos prontos para uma vida em sociedade. Logo, uma

escola antirracista e democrática, produz cidadãos antirracistas, democráticos, tolerantes e conscientes.

Os movimentos negros foram de extrema importância para diversas conquistas dessa população. As ações afirmativas: O Estatuto da Igualdade Racial, as Leis 10.639/03 e 11.645/08 e a Lei de cotas para o ensino superior e concursos públicos, só existem por causa de muita luta e persistência, sendo exemplo dessas conquistas. Essa última é bastante criticada por uma parcela da população, sendo considerada injusta. Porém, na verdade, essas ações afirmativas são formas de compensar a população negra pela enorme desvantagem social historicamente produzida.

Resolvi escrever sobre isso primeiramente porque acredito no poder da educação como instrumento de transformação social e segundo porque admiro a intenção, a história de persistência do movimento negro, assim como, todas as conquistas alcançadas. Quando penso que tive a oportunidade de cursar geografia afro-brasileira porque houve homens e mulheres afrodescendentes que sonharam com isso primeiro e lutaram para que isso se tornasse realidade, fico mais curiosa e orgulhosa.

Dentre todos os assuntos abordados enquanto cursava essa disciplina na Universidade, como eles chegaram lá, sempre foi o que mais me chamou a atenção. Espero que as pessoas que lerem esse texto possam sentir curiosidade de pesquisar mais a fundo sobre as oportunidades que temos hoje e nas inúmeras dificuldades que outros passaram, para que as obtivéssemos. Espero que nós enquanto futuros profissionais possamos valorizar o

espaço acadêmico e ter uma mente sempre aberta para o diálogo tolerante e curioso acerca de diferentes temáticas, especialmente uma como esta que atinge a sociedade.

REFERÊNCIA:

BETTINE, Marco; SANCHEZ, Livia P. **Análise histórica das legislações educacionais para a educação formal dos negros no Brasil**. Educação e Revista, Marília, v.18, N. 1, p. 93-108, 2017. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/6997>> Acesso em 24 de Abril de 2021.

CANDOMBLÉ: ENTRE A LIBERDADE E O PRECONCEITO

Vanessa Catarina Alves de Lima³⁵

Vários temas são trabalhados na sala de aula das escolas, mas chamou atenção o fato de que a religião africana é um tema pouco visto, tido como um dos que quase não aparece em mesas na sociedade, em debates, em comentários, na própria escola e até nas universidades. Sabe-se que o continente africano é um berço cultural. Da África vieram os cultos e ritos ligados às religiões de matriz africana e às de origem afro-brasileiras. No Brasil, várias entidades africanas se juntaram e formaram a religião do Candomblé, o qual é cultuado atualmente.

Foi a partir de uma entrevista com um integrante do Candomblé, uma religião de matriz africana, que a temática se transformou em um relato, pois foram despertados o interesse e a curiosidade por um assunto que pouco se fala. No entanto, a religião traz a cultura, a intolerância religiosa, o racismo, o poder e a imposição católica do Brasil Colônia. O relato tem o objetivo de apresentar o ponto de vista de um adepto do Candomblé que vivencia a religião e enfatiza como o desrespeito pode criar barreiras e o conhecimento pode criar pontes.

³⁵ Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual de Alagoas, campus III- Palmeira dos Índios - Alagoas. E-mail: vanessa.lima2@alunos.uneal.edu.br

A entrevista aconteceu em uma aula da disciplina de Geografia Afro-brasileira e os entrevistadores - cheios de curiosidades - foram alunos da turma 2021.1 do curso de Licenciatura Plena em Geografia do *Campus III*. Ao decorrer da entrevista, observamos que a história pessoal do entrevistado se perpassa diante dos olhos e ouvidos daqueles que anseiam por entender algo que até hoje é visto com olhos de ignorância, desrespeito e desconhecimento.

O entrevistado deixou explícito a realização pessoal de pertencer ao Candomblé ao mesmo tempo que depõe o preconceito cravado na história, a discriminação e a opressão do negro no Brasil e como isso reflete em um contexto de recusa e escassez de conhecimento daqueles que estão distantes. Essas rejeições puderam ser notadas quando no passado os negros utilizaram santos católicos para esconder as divindades do Candomblé, ou seja, seus orixás. Esse fato, por ser algo longe do habitual, gerou uma sociedade com olhar de julgamento e de pré-conceito sobre o assunto, causando repulsa e rotulação indevida por parte dos que a olham de longe e não têm interesse em conhecer.

Ter que se esconder por medo do julgamento e da ignorância da sociedade é habitual na vida de algumas pessoas que são adeptos de religião de matriz africana. O entrevistado mostrou de uma forma surpreendente pontos fundamentais para se repensar sobre os dias atuais e como a perseguição, as discriminações sociais e religiosas podem atingir diretamente a vida de alguém. O entrevistado instigou um fato ainda pouco falado: que religião é identidade, é pertencimento, despertando assim uma quebra de paradigma e uma abertura de visão sobre o assunto.

A partir da religião africana, percebe-se que a questão da intolerância pode ser notada desde os tempos antigos quando o Brasil ainda era colônia até os dias de hoje. Percebe-se também que o reflexo da sociedade às vezes vem da própria família, uma vez que muitas pessoas sofrem discriminação dentro da própria casa em razão da não aceitação dos familiares. São situações que exigem alguns questionamentos como: quantas pessoas foram discriminadas ao longo da história? Quantas famílias nos dias atuais ainda não aceitam? É necessário falar sobre preconceito e discriminação?

As escolas e os professores precisam se inteirar sobre a temática, visto que conhecer é o caminho para combater a discriminação e o preconceito que rodeiam não só o credo, mas as pessoas que pertencem a ele. Hoje, assim como no passado histórico, muitas pessoas negam ser membros pertencentes dessa religião por causa do sofrimento histórico, por medo da intolerância e da perseguição que podem sofrer por simplesmente estarem ligados a algo por vezes desconhecido e repreendido por tantos.

Atualmente a visão de desconhecimento e ignorância perpassa a realidade de integrantes que, no século XXI e em meio à contemporaneidade, ainda lidam com a ocorrência de episódios em que sua cultura é enxergada como algo ruim e demoníaco. Esses paradigmas precisam ser quebrados! A escuta e a valorização de quem vivencia, proporciona um olhar acerca da realidade de forma mais verdadeira e autêntica, bem como romper as barreiras do preconceito. É através do conhecimento e da

multiplicação das informações corretas que os pensamentos podem ser mudados.

Tudo isso pôde ser entendido quando uma pessoa de nível superior narrou sua história e ela chamou a atenção de uma turma inteira, quando essa história fica marcada na vida daqueles que ouviram e entenderam que o preconceito e a intolerância ainda existem. Mas esse obstáculo pode ser vencido e /ou minimizado prevalecendo o respeito, visto que religião também é amor! Religião também é pertencimento!

QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em www.editoraolyver.org você tem acesso a novidades e conteúdo exclusivo. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:



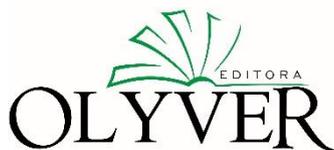
facebook.com/editoraolyver



[@editoraolyver](https://twitter.com/editoraolyver)



[Instagram.com/editoraolyver](https://instagram.com/editoraolyver)



www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Nossa Universidade Estadual de Alagoas -UNEAL, ainda é muito jovem! Mas isso não a impede que enfrente os desafios da modernidade, visto que sempre proporciona aos (as) seus (suas) alunos (as) e a sociedade debates pertinentes às questões que envolvem às lutas sociais. Dentre elas, pode ser destacada a luta pela conquista ao DIREITO HUMANO, que é estabelecido e garantido pela Carta Magna, ou seja, a Constituição de 1988. Assim sendo, o objetivo desse livro não é apresentar grandes artigos, nem buscar muitas referências mesmo sendo trabalhadas em sala de aula e sim, relatos dos alunos que cursaram a disciplina obrigatória Sociedade Afro-brasileira, que foi ministrada por mim, na modalidade virtual nos períodos 2020.1 e 2021.1 (Classorron Google Meet). Durante as aulas foram discutidos diversos temas tendo o aporte teórico Freyre(2015), Holanda (2010), Mattos(2015), Munanga(1996), Munanga(1996), Valente(1996), Anjos (2000), bem como artigos e dentre outros alicerçados sob à luz da Lei 11.645/2008 que determina que seja oferecida a obrigatoriedade da Disciplina Estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados. Diante do exposto o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas /UNEAL, essa que tem como objetivo maior a formação de professores, apresenta a Disciplina Geografia Afro-brasileira, como obrigatória, cuja carga horária é de 60 horas. Tomando por base a ementa da disciplina em pauta se objetivou trabalhar vários temas que estão relacionados às questões da referida sociedade em território brasileiro e que ainda são pouco explorados ou ignorados nas escolas. Tivemos a pretensão de lançar o desafio dos alunos escreverem um livro cujo título é: DISCUTINDO E REESCREVENDO A GEOGRAFIA AFRO-BRASILEIRA: relatos de alunos do Curso de Geografia-UNEAL/Campus III abordando temas diversos sobre as questões citadas com o propósito de que leitores de modo geral e especificamente professores de Educação Básica tenham acesso a essa proposta de conteúdos diversificados que possam ser utilizados como parâmetros para possíveis abordagens e discussões durante o ano letivo e/ou em projetos desenvolvidos nas escolas.

ISBN: 978-65-81450-59-5




OLYVER
www.editoraolyver.org

